

# DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IDOSA DO MUNICÍPIO DE JESUÍTAS – PARANÁ

Jesuítas - Paraná
2026

# SUMÁRIO


1. APRESENTAÇÃO.....03
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....04
   - 2.1. Quadro quantitativo da população idosa.....06
   - 2.2. Cadastro Único e vulnerabilidade socioeconômica.....06
   - 2.3. Benefício de Prestação Continuada – BPC.....09
3. DADOS DEMOGRÁFICOS.....10
4. BASE DE DADOS E METODOLOGIA.....14
5. DIAGNÓSTICO DAS PESSOAS IDOSAS IVCF-20 e IVSF-10.....15
   - 5.1. Avaliação da vulnerabilidade clínico funcional – IVCF-20.....18
   - 5.2. Avaliação do suporte familiar IVSF-10.....18
   - 5.3. Pessoas que vivem sozinhas.....19
   - 5.4. Pessoas idosas com necessidades de cuidador e dependência funcional.....19
   - 5.5. Pessoas idosas com risco aumentado de isolamento social.....20
   - 5.6. Síntese diagnóstica e implicações para o planejamento municipal.....21
6. DIAGNÓSTICO DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA – CERAPI.....22
   - 6.1. Síntese diagnóstica.....25
7. ESCUTA DIAGNÓSTICA DA POPULAÇÃO IDOSA.....26
   - 7.1. Perfil dos participantes.....27
8. RESULTADOS DA ESCUTA DIAGNÓSTICA – NOVE EIXOS.....28
   - 8.1. Quadro resumo dos resultados da escuta.....28
9. DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.....29
10. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS.....43
11. CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DA POPULAÇÃO IDOSA.....43
12. DIAGNÓSTICO DAS PRINCIPAIS DEMANDAS E VULNERABILIDADE.....45
    - 12.1. Espaços ao ar livre e edifícios.....48
    - 12.2. Mobilidade urbana, acessibilidade e território.....49
    - 12.3. Habitação.....51
    - 12.4. Participação social.....53
    - 12.5. Respeito e inclusão.....54
    - 12.6. Participação cívica e emprego.....56
    - 12.7. Apoio comunitário e serviços de saúde.....57
    - 12.8. Informação, educação em direitos e inclusão digital.....59
13. PRIORIDADES PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL.....62
14. CONSIDERÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO.....63

# DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IDOSA DO MUNICÍPIO DE JESUÍTAS – PR

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Diagnóstico da População Idosa do Município de Jesuítas – Paraná constitui instrumento de planejamento e subsídio à formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e integra o processo de construção do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – 2026–2029 e está alinhado às diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, considerando os princípios de Cuidar das Pessoas, Fortalecer as Famílias e Preparar as Cidades.

O diagnóstico foi elaborado a partir das informações levantadas no Relatório de Escuta Diagnóstica da População Idosa, realizado pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social, Trabalho e Habitação, em articulação com os serviços públicos e com os grupos de convivência da terceira idade existentes no município, considerando as percepções, demandas, necessidades, potencialidades e expectativas apresentadas pelas pessoas idosas residentes no município, tanto na área urbana quanto rural, constitui instrumento de planejamento e gestão destinado a subsidiar a elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – 2026–2029, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da população idosa e alinhado às diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI.

A construção deste documento parte do reconhecimento de que o envelhecimento populacional exige ações articuladas e permanentes nas áreas da assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, mobilidade, acessibilidade, habitação, segurança, proteção contra violações de direitos e participação social.

A adoção do IVCF-20 e do IVSF-10 qualifica o diagnóstico ao permitir identificar, de forma estruturada, diferentes níveis de vulnerabilidade clínico-

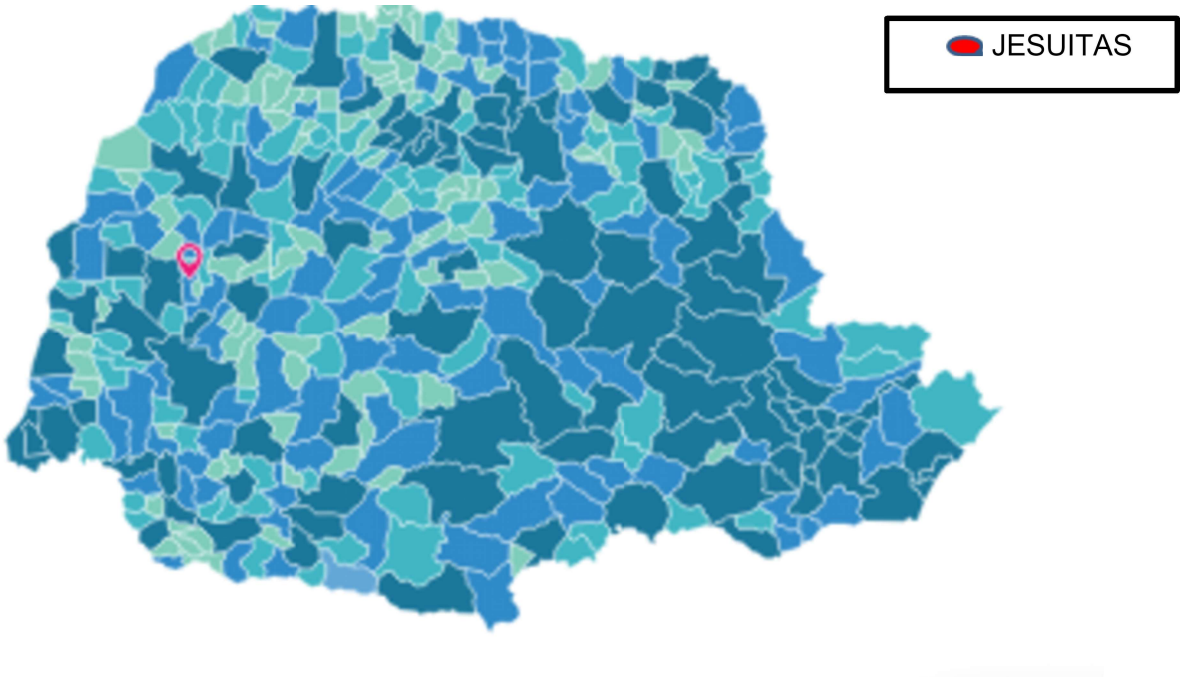
funcional e sociofamiliar da população idosa. O Guia do Paraná Amigo da Pessoa Idosa estabelece esses instrumentos como referência para identificação das necessidades das pessoas idosas e recomenda sua utilização na rotina dos serviços e programas.

A incorporação do CERAPI possibilita o reconhecimento e o registro dos órgãos, serviços, equipamentos, programas, projetos e organizações públicas, privadas e da sociedade civil que atuam com a população idosa, enquanto o Cadastro de Cuidadores do Paraná contribui para identificar e reconhecer os cuidadores familiares, informais e profissionais existentes no território.

A escuta realizada possibilitou identificar as principais necessidades, demandas, potencialidades e expectativas das pessoas idosas, permitindo uma compreensão mais próxima da realidade vivenciada pela população idosa de Jesuítas e oferecendo subsídios para a definição de prioridades, objetivos, metas e ações para o período de 2026 a 2029.

O diagnóstico busca, portanto, contribuir para a construção de estratégias que possibilitem o envelhecimento com dignidade, autonomia, segurança, participação social e qualidade de vida, em consonância com os princípios da proteção integral e da garantia de direitos.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO




O Município de Jesuítas está localizado na região Oeste do Estado do Paraná, cerca de 624 km de distância da Capital, Curitiba e integra a área de

abrangência da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). Ocupa uma área de 228,5 Km2 equivalente a 9.495,95 alqueires paulistas nas as coordenadas 24° 18’ latitude sul e 53° 19’ longitude oeste e limita-se ao norte e nordeste com Formosa do Oeste, a oeste com Assis Chateaubriand, ao sul com Cafelândia, a sudeste com Nova Aurora e a leste com Iracema do Oeste. A cidade encontra-se a 466 metros acima do nível do mar. A ocupação do município ocorreu por migrantes paulistas, mineiros, nordestinos e catarinenses. As principais etnias são de origem italiana, espanhola, portuguesa, japonesa e outras em menores quantidades.

A colonização foi entre 1959 a 1961 através da comercialização das terras feita pela Colonizadora SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda, que adquiriu a Gleba “Rio Verde”, como era conhecida, do governo do Estado e passou a comercializar os lotes, que foram comprados pelos agricultores vindo do Nordeste, Sudeste e do Sul do Brasil, iniciando o plantio do café e hortelã.

O município caracteriza-se por uma divisão fundiária, em que a grande maioria das propriedades varia entre 5 a 10 alqueires. Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Agricultura do Município, os tipos de solos predominante são latossolo distroférrico e eutroférrico.

Apresenta rede hidrográfica caudalosa, composta pelos Rios: Verde, Jesuítas, Ribeirão dos Padres, Córrego do Salto, Córrego Araras e Córrego Tarumã, favorecendo instalação de atividades de piscicultura, sericicultura, suinocultura, bovinos de leites e outros. A rede hidrográfica rural encontra-se distribuída em seis microbacias, abrangendo uma área de 22.623 hectare. Em relação a temperatura, apresenta mínima de 9ºC em junho e máxima de 33º C em dezembro.

Possui características predominantemente urbanas e rurais, com sua economia historicamente vinculada às atividades agropecuárias, destacando-se a agricultura e a pecuária, além do comércio e da prestação de serviços, que contribuem para a dinâmica econômica e social local.

A formação e o desenvolvimento do município estão relacionados ao processo de ocupação e colonização da região Oeste do Paraná, marcado pela expansão das atividades agrícolas e pela formação de comunidades rurais. Jesuítas possui uma população de pequeno porte, característica que favorece a proximidade entre os moradores e a administração pública, mas que também

impõe desafios relacionados à oferta e à ampliação de serviços públicos especializados, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, educação, transporte, cultura, esporte e proteção dos direitos sociais.

O IPARDES disponibiliza projeções populacionais municipais por idade e sexo para o período de **2025 a 2050**, elaboradas a partir do Censo Demográfico 2022 e de metodologias específicas de projeção populacional, possibilitando ao município acompanhar a tendência de crescimento e transformação da estrutura etária.

### 2.1 Quadro quantitativo da população idosa

O diagnóstico apresenta os seguintes indicadores:

| Indicador | Informação a apresentar | Fonte |
|---|---|---|
| População total | 10.506 habitantes – Censo 2022 | IBGE |
| População com 60 anos ou mais | 2.322 | Painel da Pessoa Idosa/IPARDES – Censo 2022 |
| Pessoas idosas do sexo feminino | 1.277 | IPARDES/IBGE |
| Pessoas idosas do sexo masculino | 1.045 | IPARDES/IBGE |
| 60 a 64 anos | 644 | IPARDES/IBGE |
| 65 a 69 anos | 539 | IPARDES/IBGE |
| 70 a 74 anos | 457 | IPARDES/IBGE |
| 75 a 79 anos | 325 | IPARDES/IBGE |
| 80 anos ou mais | 357 | IPARDES/IBGE |
| Pessoas idosas residentes na área urbana | 2.090 | IBGE/IPARDES |
| Pessoas idosas residentes na área rural | 232 | IBGE/IPARDES |
| Índice de envelhecimento | 0,839 | IPARDES/IBGE |
| Idade mediana | Indicador municipal | IPARDES/IBGE |

**Fonte: Os dados demográficos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico 2022; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Painel da Pessoa Idosa e demais bases estatísticas e projeções populacionais municipais.**

### 2.2 Cadastro Único e vulnerabilidade socioeconômica

| Indicador | Dado municipal |
|---|---|
| Pessoas idosas inscritas no CadÚnico | 1.136 |
| Mulheres idosas inscritas no CadÚnico | 605 |
| Homens idosos inscritos no CadÚnico | 531 |

| Indicador | Dado municipal |
|---|---|
| Famílias com pelo menos uma pessoa idosa inscrita no CadÚnico | 911 |
| Pessoas idosas do CadÚnico na área urbana | 980 |
| Pessoas idosas do CadÚnico na área rural | 156 |
| Pessoas idosas em famílias de baixa renda | 165 |
| Pessoas idosas com Cadastro atualizado | 725 |
| Pessoas idosas beneficiárias do Bolsa Família, quando aplicável | 61 |

**Fonte: Os dados apresentados acima foram extraídos do CECAD – Consulta, Seleção e extração de Informações do CadÚnico, referente ao mês de setembro de 2026.**

O CadÚnico possui 1.136 pessoas idosas inscritas, distribuídas em 911 famílias que possuem pelo menos uma pessoa idosa em sua composição. Esse quantitativo constitui uma importante referência para o planejamento das políticas públicas municipais voltadas à garantia de direitos, à proteção social e à promoção do envelhecimento digno e saudável.

Em relação ao sexo, verifica-se a predominância de mulheres idosas, que totalizam 605 pessoas, correspondendo a aproximadamente 53,3% do total, enquanto os homens representam 531 pessoas, ou 46,7%. Essa distribuição evidencia a importância de considerar as especificidades de gênero no planejamento das ações, especialmente diante das necessidades relacionadas à renda, à saúde, à autonomia, à convivência comunitária e ao acesso aos serviços públicos.

Quanto à distribuição territorial, observa-se que 980 pessoas idosas inscritas no CadÚnico residem na área urbana, correspondendo a aproximadamente 86,3% do total, enquanto 156 residem na área rural, representando 13,7%. Embora a maior concentração esteja na área urbana, é fundamental assegurar que as pessoas idosas residentes no meio rural tenham acesso adequado aos serviços socioassistenciais, de saúde, transporte, informação e convivência, considerando as possíveis dificuldades de deslocamento e a distância dos equipamentos públicos.

Os dados também apontam a existência de 165 pessoas idosas em famílias de baixa renda, indicando a necessidade de acompanhamento socioassistencial e de articulação com as políticas de transferência de renda, segurança alimentar, saúde e demais serviços da rede de proteção social. Além disso, 61 pessoas idosas constam como beneficiárias do Programa Bolsa Família, quando aplicável, o que reforça a importância de verificar as condições

socioeconômicas e a composição familiar, bem como identificar situações de vulnerabilidade que demandem acompanhamento pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

No que se refere à atualização cadastral, 725 pessoas idosas possuem o Cadastro Único atualizado, o equivalente a aproximadamente 63,8% do total informado. Esse resultado demonstra a importância de intensificar as ações de busca ativa, orientação e atualização cadastral, especialmente junto às pessoas idosas com dificuldades de locomoção, limitações de acesso à informação ou residentes em localidades rurais. A atualização dos dados é essencial para favorecer o acesso aos programas sociais e contribuir para a identificação das necessidades reais dessa população.

De modo geral, os dados do CadÚnico constituem uma ferramenta estratégica para o diagnóstico socioterritorial da população idosa de Jesuítas, permitindo identificar demandas relacionadas à renda, à proteção social e ao acesso às políticas públicas. Entretanto, essas informações devem ser analisadas em conjunto com outros indicadores municipais, como os dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC), as avaliações de vulnerabilidade clínico-funcional pelo IVCF-20, as avaliações de vulnerabilidade social pelo IVSF-10 e as informações obtidas por meio da escuta de pessoas idosas, cuidadores, profissionais e gestores da rede de atendimento.

Dessa forma, recomenda-se o fortalecimento da articulação intersetorial entre Assistência Social, Saúde, Habitação e demais políticas públicas, visando à prevenção de situações de negligência, violência, isolamento social e insegurança de renda, bem como à ampliação do acesso aos serviços e benefícios. Essas ações deverão contribuir para a implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jesuítas – 2026–2029, em consonância com os princípios da proteção integral, da participação social, da autonomia e do envelhecimento com dignidade.

Observação técnica: os dados apresentados devem ser acompanhados da indicação do mês e ano de referência da extração do CadÚnico. Recomenda-se, ainda, confirmar a definição utilizada para a categoria “pessoas idosas em famílias de baixa renda” e verificar a consistência dos quantitativos de cadastro atualizado e de beneficiários do Bolsa Família antes da versão final do diagnóstico.

## 2.3 Benefício de Prestação Continuada – BPC

O diagnóstico inclui dados específicos, excluídos do RMA – Registro Mensal de Atendimentos do Sistema Único de Assistência Social, do mês de setembro de 2026, sobre as pessoas idosas beneficiárias do **Benefício de Prestação Continuada – BPC**, considerando que o benefício representa importante mecanismo de proteção social para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade econômica.

Conforme disponibilidade das bases administrativas:

| Indicador | Dado municipal |
|---|---|
| Pessoas idosas beneficiárias do BPC | 254 |
| Mulheres beneficiárias do BPC | 113 |
| Homens beneficiários do BPC | 141 |
| Beneficiários com CadÚnico atualizado | 251 |
| Beneficiários residentes na área rural | 23 |
| Beneficiários residentes na área urbana | 231 |
| Famílias acompanhadas pelo CRAS que possuem beneficiário idoso do BPC | 54 |

**Dados extraídos do RMA – Registro Mensal de Atendimentos do Sistema Único de Assistência Social, do mês de setembro de 2026.**

No município de Jesuítas/PR, os dados apresentados identificam 254 pessoas idosas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo 113 mulheres e 141 homens. O benefício constitui uma importante garantia de proteção social e segurança de renda para pessoas idosas com 65 anos ou mais que atendem aos critérios legais, contribuindo para a subsistência e a redução das situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Em relação à atualização cadastral, verifica-se que 251 beneficiários possuem Cadastro Único atualizado, o que corresponde a aproximadamente 98,8% do total informado. Esse resultado demonstra uma elevada cobertura de atualização cadastral, aspecto fundamental para a manutenção do acesso aos benefícios e para a identificação das necessidades sociais das famílias. Entretanto, os três beneficiários restantes devem ser identificados e orientados quanto à regularização de seus cadastros, conforme as exigências vigentes.

Quanto à distribuição territorial, 231 beneficiários residem na área urbana e 23 na área rural. Observa-se, portanto, uma concentração de beneficiários na área urbana, sem desconsiderar a necessidade de atenção às

pessoas idosas residentes no meio rural, que podem enfrentar dificuldades relacionadas ao deslocamento, ao acesso aos serviços públicos e à distância dos equipamentos de proteção social.

Outro dado relevante refere-se às 54 famílias acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que possuem pessoa idosa beneficiária do BPC. Esse quantitativo evidencia a importância do acompanhamento socioassistencial para além da concessão do benefício, considerando as condições de vida, os vínculos familiares e comunitários, a autonomia, o acesso aos direitos e a prevenção de situações de negligência, violência e isolamento social.

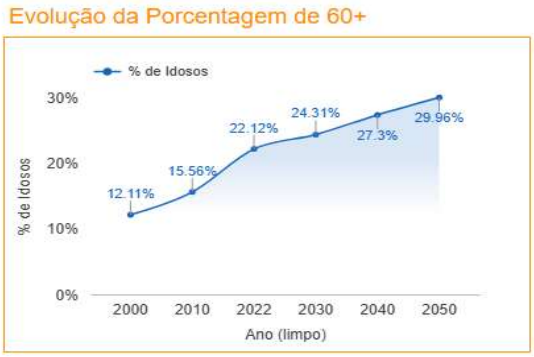
Diante desse cenário, recomenda-se manter a articulação entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o CRAS e os demais serviços da rede de proteção, priorizando a atualização do Cadastro Único, a busca ativa de beneficiários com pendências cadastrais, o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e a ampliação do acesso às informações sobre direitos e benefícios socioassistenciais. Também se destaca a necessidade de desenvolver estratégias de atendimento que considerem as especificidades das pessoas idosas residentes nas áreas urbana e rural, promovendo a proteção social, a dignidade, a autonomia e o envelhecimento com direitos.

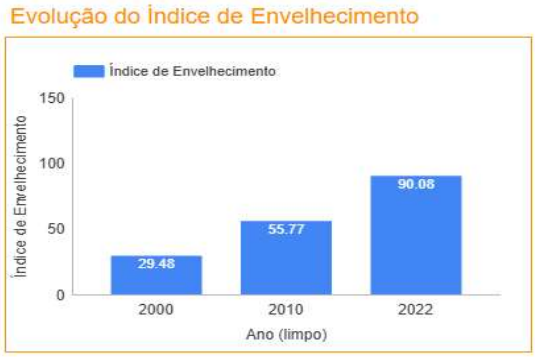
Observação técnica: os dados de residência informados totalizam 254 pessoas (231 urbanas e 23 rurais), correspondendo ao total de beneficiários. Já o número de famílias acompanhadas pelo CRAS representa um indicador distinto e não deve ser somado ao total de beneficiários. Recomenda-se registrar a fonte e a data de referência dos dados no Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2026–2029.

## 3. DADOS DEMOGRÁFICOS

### Painel da Pessoa Idosa: Panorama do Município de Jesuítas

**Tabela 01**




Na tabela 01 a evolução da proporção de pessoas com 60 anos ou mais constitui um indicador fundamental para compreender o processo de envelhecimento populacional no Município de Jesuítas/Pr. A análise da série histórica dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, associada às projeções populacionais do **IPARDES** para o período de 2025 a 2050, permite identificar a intensidade do envelhecimento da população e antecipar as necessidades futuras de proteção social, saúde, habitação, acessibilidade, transporte, convivência comunitária e cuidados de longa duração.

**Tabela 02**







Já na tabela 02, em 2022, segundo **IPARDES**, o município de Jesuítas/PR apresentava 22,1% da população composta por pessoas idosas (60 anos ou mais), esse percentual corresponde a aproximadamente 2.322 pessoas idosas e conforme o dado informado para o diagnóstico municipal, e 8,1% das pessoas idosas cadastradas no município de Jesuítas/PR possuem deficiência. Esses percentuais evidenciam a importância de fortalecer as políticas públicas de promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa, considerando as demandas relacionadas à saúde, à assistência social, à habitação, à mobilidade, à convivência comunitária e ao cuidado.

O envelhecimento populacional é uma realidade a nível mundial, conforme pesquisas, no Brasil em 2039 haverá mais idosos do que crianças. Apesar do processo de envelhecimento ocorrer de maneira natural e fazer parte do ciclo vital, com características peculiares resultantes das relações existentes entre os aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais, envelhecer não é tão simples, envolve: melhoria da qualidade de vida, cuidados específicos, aposentadoria e outros.

A população idosa tem aumentado exponencialmente em todo o país e em Jesuítas, não é diferente. Tendo essa realidade em vista, torna-se essencial o planejamento do município para levar maior proteção e condições mínimas necessárias para esta população, o que atualmente não é possível sem se conhecer profundamente a realidade.

Para realizar esse reconhecimento/retrato da realidade municipal, Jesuítas está investindo na construção do Diagnóstico da População Idosa, atendendo a necessidade de coletar informações transformando-as em dados e realizar apontamentos sobre possíveis rumos que o município possa tomar para a garantia de melhor qualidade de vida desta população.

A importância do referido diagnóstico está na possibilidade do reconhecimento da realidade local, apontando o potencial da cidade, tanto relativo ao poder público quanto ao setor privado, em contribuir na garantia do direito a uma vida digna, saudável e livre de violações de direitos, por meio da manutenção, implantação e implementação de políticas públicas abrangentes que atendam às necessidades da população idosa. Dessa feita, o diagnóstico permitirá o conhecimento sobre quais os serviços, ações, programas e projetos, benefícios, políticas públicas são disponibilizados para a população idosa do município.

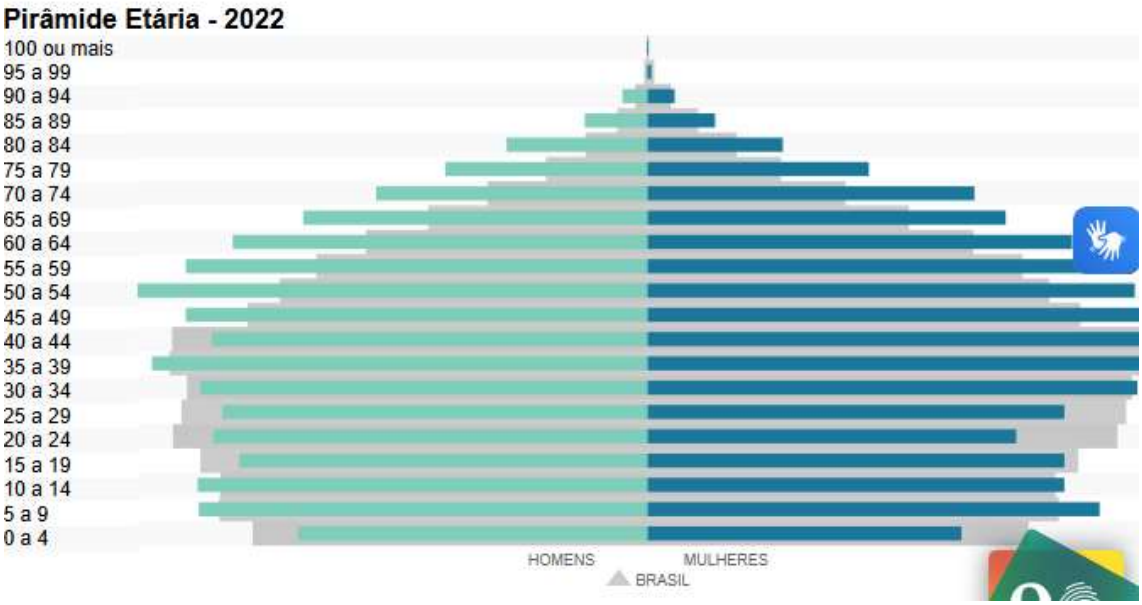
O diagnóstico também oportunizará o reconhecimento de quais são as fragilidades do município nessa área, facultando tanto ao setor público quanto ao privado o planejamento e execução de ações assertivas para minorá-las ou extingui-las. Apontará também quais os riscos e vulnerabilidades a que esta população está ou pode vir a estar exposta, proporcionando ao município a possibilidade de antecipação com ações preventivas, ou mesmo de apoio, onde a violação de direitos já seja uma realidade.

O aumento da expectativa de vida, aliado à redução das taxas de fecundidade, vem alterando gradativamente a estrutura etária da população,

resultando em crescimento proporcional do número de pessoas idosas. Esse processo exige o fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção do envelhecimento ativo, saudável e com garantia de direitos.

E por fim, é significante lembrar que o Diagnóstico da População Idosa englobará todas as áreas do município, a exemplo da Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Lazer, entre outras.

**Tabela 03**




Conforme a tabela 03 os dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE) demonstra que o município possui 10.506 habitantes, dos quais cerca de 22,1**%** têm 60 anos ou mais, percentual superior à média brasileira para essa faixa etária, evidenciando o processo de envelhecimento da população local. A maior concentração de idosos encontra-se na faixa etária de 60 a 69 anos, seguida pelos grupos de 70 a 79 anos e de 80 anos ou mais, refletindo o aumento da longevidade

Observa-se também a predominância do sexo feminino entre a população idosa, fenômeno conhecido como feminização do envelhecimento, decorrente da maior expectativa de vida das mulheres. Essa característica demanda atenção específica das políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, convivência comunitária, prevenção da violência e promoção da autonomia.

Outro aspecto relevante é a presença significativa de idosos residentes na zona rural, característica comum aos municípios de pequeno porte do Oeste

paranaense. Essa distribuição territorial reforça a necessidade de ampliação do acesso aos serviços públicos, transporte, atendimento domiciliar, ações de saúde preventiva e atividades de convivência social.

O envelhecimento da população de Jesuítas representa um importante desafio para a gestão municipal, exigindo planejamento intersetorial entre as políticas de Assistência Social, Saúde, Cultura, Esporte, Educação, Habitação e Mobilidade Urbana, visando assegurar qualidade de vida, participação social e garantia dos direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa.

## 4. BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Para elaboração deste diagnóstico foram consideradas como principais fontes de informação:

- Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- painel da Pessoa Idosa – IPARDES;
- dados de população por idade e sexo disponibilizados pelo IBGE;
- projeções populacionais do IPARDES 2025 – 2050;
- informações e registros dos serviços públicos municipais;
- dados da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- informações da rede socioassistencial;
- Cadastro único para Programas Sociais – CadÚnico;
- Informações referentes ao Benefício de Prestação Continuada - BPC
- dados e informações da área da saúde;
- informações dos grupos e organizações de convivência da pessoa idosa;
- IVCF-20 – Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional – 20;
- IVSF-10 – Índice de Vulnerabilidade Social e Familiar – 10;
- resultado da Escuta Diagnóstica da População Idosa realizada no município;
- contribuições dos profissionais e representantes da rede de atendimento;
- escuta Diagnóstica da População Idosa;
- escuta complementar de cuidadores, gestores, trabalhadores e representantes da sociedade civil;

- Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI;
- deliberações da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- informações produzidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI.

A metodologia adotada busca articular dados quantitativos e qualitativos, permitindo compreender não apenas o número de pessoas idosas residentes no município, mas também suas necessidades, demandas, potencialidades, dificuldades e expectativas em relação às políticas públicas.

## 5. DIAGNÓSTICO DAS PESSOAS IDOSAS – IVCF-20 E IVSF-10

Como aprimoramento metodológico do diagnóstico, foi incorporada a avaliação da população idosa por meio do IVCF-20 – Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional – 20 e do IVSF-10 – Índice de Vulnerabilidade Social e Familiar – 10, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e com apoio técnico da Regional de Saúde.

O Paraná já utiliza o IVCF-20 como instrumento para identificação de pessoas idosas em situação de maior risco clínico-funcional, sendo recomendada sua complementação por avaliação multiprofissional e interdisciplinar.

O Guia Orientativo do PAPI estabelece expressamente a aplicação do IVCF-20 e do IVSF-10 como instrumentos de qualificação do diagnóstico das pessoas idosas.

A aplicação priorizou, entre outros públicos:

| Público | Quantidade |
|---|---|
| pessoas idosas acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde; | 603 |
| pessoas idosas vinculadas aos serviços socioassistenciais; | 352 |
| pessoas idosas atendidas nos grupos de convivência; | 258 |
| pessoas idosas com limitações funcionais; | 161 |
| pessoas idosas que vivem sozinhas; | 184 |
| pessoas idosas identificadas pela busca ativa; | 96 |
| pessoas idosas residentes na área rural; | 83 |
| pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou risco social; | 249 |
| pessoas idosas que demandem acompanhamento domiciliar; | 86 |
| pessoas idosas com suspeita ou registro de dependência para atividades da vida diária. | 117 |

Os dados levantados sobre a população idosa do município de Jesuítas/PR evidenciam a importância da atuação integrada entre a Atenção Primária à Saúde e a rede socioassistencial, considerando as diferentes necessidades de cuidado, proteção social, convivência comunitária e prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

Conforme as informações sistematizadas, 603 pessoas idosas são acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde, enquanto 352 estão vinculadas aos serviços socioassistenciais. No âmbito da convivência comunitária, 258 pessoas idosas participam de grupos de convivência, que constituem espaços importantes para o fortalecimento de vínculos, a socialização, a promoção do envelhecimento ativo e a prevenção do isolamento social.

Em relação às condições de autonomia e às necessidades de cuidado, foram identificadas 161 pessoas idosas com limitações funcionais e 117 com suspeita ou registro de dependência para a realização das atividades da vida diária. Esses indicadores apontam para a necessidade de ampliar as estratégias de avaliação funcional, acompanhamento individualizado, orientação aos familiares e cuidadores e articulação entre os serviços de saúde e assistência social. Também se destaca a demanda de 86 pessoas idosas que necessitam de acompanhamento domiciliar, indicando a relevância de ações territorializadas e de visitas domiciliares, especialmente para aquelas com dificuldades de locomoção, fragilidade ou restrição de participação comunitária.

Outro aspecto relevante refere-se às condições de moradia e ao suporte social. O levantamento identificou 184 pessoas idosas que vivem sozinhas, situação que demanda atenção quanto à existência de redes de apoio familiar e comunitário, à segurança, à alimentação, à adesão aos cuidados de saúde e à prevenção do isolamento social. Embora morar sozinho não represente, por si só, uma situação de vulnerabilidade, essa condição requer atenção especial quando associada à fragilidade, à dependência funcional ou à ausência de vínculos de apoio.

No que diz respeito à proteção social, 249 pessoas idosas foram identificadas em situação de vulnerabilidade ou risco social, reforçando a necessidade de acompanhamento sistemático pela rede de proteção, identificação de violações de direitos e encaminhamentos conforme as necessidades de cada caso. A identificação de 96 pessoas idosas por meio da busca ativa demonstra a importância da atuação proativa dos serviços públicos

para localizar pessoas que possam estar afastadas da rede de atendimento ou apresentar dificuldades de acesso às políticas públicas.

Quanto à distribuição territorial, foram identificadas 83 pessoas idosas residentes na área rural, público que pode enfrentar barreiras relacionadas à distância dos equipamentos públicos, ao transporte, à mobilidade e ao acesso regular aos serviços de saúde e assistência social. Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias específicas para o atendimento da população idosa rural, incluindo visitas domiciliares, busca ativa, articulação intersetorial e ampliação das oportunidades de participação em atividades comunitárias.

De forma geral, os dados demonstram a necessidade de fortalecer a integração entre saúde, assistência social, habitação, transporte e demais políticas públicas, com ações voltadas à promoção da autonomia, à prevenção da perda funcional, ao apoio aos cuidadores, à convivência comunitária e à garantia dos direitos da pessoa idosa. Recomenda-se, ainda, o aprimoramento do compartilhamento de informações entre os serviços, respeitando o sigilo e a proteção dos dados pessoais, para subsidiar o planejamento das ações e a definição de prioridades de atendimento.

Para o planejamento municipal, esses indicadores devem orientar a organização de ações preventivas e de acompanhamento continuado, priorizando as pessoas idosas com limitações funcionais, dependência nas atividades da vida diária, ausência de rede de apoio, necessidade de atendimento domiciliar e situações de vulnerabilidade ou risco social.

**Indicadores incorporados:**

| Indicador | Resultado |
|---|---|
| Pessoas idosas avaliadas pelo IVCF-20 | 1.013 |
| IVCF-20: baixa vulnerabilidade / robustez | 603 |
| IVCF-20: vulnerabilidade intermediária / potencial fragilidade | 249 |
| IVCF-20: alta vulnerabilidade / fragilidade | 161 |
| Pessoas idosas avaliadas pelo IVSF-10 | 1.013 |
| Situação de suporte familiar suficiente | 614 |
| Situação de suporte familiar insuficiente | 399 |
| Pessoas idosas que vivem sozinhas | 184 |
| Pessoas idosas com necessidade de cuidador | 65 |
| Pessoas idosas com dependência funcional | 21 |
| Pessoas idosas com risco aumentado de isolamento social | 206 |

Os dados apresentados permitem identificar aspectos importantes relacionados às condições de saúde, ao grau de vulnerabilidade clínico-

funcional, ao suporte familiar e às necessidades de cuidado e proteção social das pessoas idosas. Os resultados constituem subsídios para o planejamento das políticas públicas municipais voltadas à promoção do envelhecimento saudável, à prevenção da perda de autonomia e à garantia dos direitos da pessoa idosa.

### 5.1. Avaliação da vulnerabilidade clínico-funcional – IVCF-20

No total, foram avaliadas 1.013 pessoas idosas por meio do Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20). Desse quantitativo, 603 pessoas (59,5%) foram classificadas com baixa vulnerabilidade ou robustez, indicando condições clínico-funcionais relativamente mais favoráveis. Outras 249 pessoas (24,6%) apresentaram vulnerabilidade intermediária ou potencial fragilidade, enquanto 161 pessoas (15,9%) foram classificadas com alta vulnerabilidade ou fragilidade.

Embora a maioria das pessoas avaliadas apresente baixa vulnerabilidade, observa-se que 410 pessoas idosas (40,5%) estão nas categorias de vulnerabilidade intermediária ou alta. Esse resultado evidencia a necessidade de fortalecer as ações de prevenção, acompanhamento e identificação precoce de agravos que possam comprometer a autonomia e a independência funcional.

Para as pessoas classificadas com vulnerabilidade intermediária, recomenda-se priorizar ações preventivas, acompanhamento periódico e estímulo à manutenção da capacidade funcional. Já para aquelas com alta vulnerabilidade, torna-se importante assegurar avaliação individualizada, acompanhamento multiprofissional e articulação entre a Atenção Primária à Saúde, os serviços especializados e a rede de proteção social, conforme as necessidades identificadas.

### 5.2. Avaliação do suporte familiar – IVSF-10

A avaliação realizada por meio do Índice de Vulnerabilidade Social e Familiar (IVSF-10) abrangeu igualmente 1.013 pessoas idosas. Os resultados indicam que 614 pessoas (60,6%) apresentam situação de suporte familiar suficiente, enquanto 399 pessoas (39,4%) foram identificadas com suporte familiar insuficiente.

Esse dado demonstra que uma parcela expressiva da população idosa avaliada pode apresentar dificuldades relacionadas à disponibilidade de apoio familiar para atender às necessidades cotidianas, acompanhar tratamentos de

saúde, auxiliar na realização de atividades diárias e oferecer suporte emocional e social. A insuficiência de apoio familiar pode ampliar situações de vulnerabilidade, especialmente quando associada à fragilidade clínico-funcional, à dependência ou ao isolamento social.

Diante desse cenário, destaca-se a importância de fortalecer o acompanhamento das famílias, a orientação aos cuidadores e a articulação entre as políticas de Assistência Social e Saúde. Também se mostra necessário avaliar a disponibilidade de apoio comunitário e de serviços públicos, respeitando as particularidades de cada pessoa idosa e de seu contexto familiar.

### 5.3. Pessoas idosas que vivem sozinhas

O levantamento identificou 184 pessoas idosas que vivem sozinhas, o que representa aproximadamente 18,2% do total avaliado. Essa condição, por si só, não caracteriza necessariamente uma situação de vulnerabilidade, pois muitas pessoas idosas mantêm autonomia e independência mesmo residindo sozinhas. Entretanto, exige atenção quando associada à ausência de vínculos familiares e comunitários, a limitações funcionais, a dificuldades de mobilidade ou à falta de suporte em situações de emergência.

Recomenda-se que o município mantenha o mapeamento dessas pessoas, priorizando visitas e acompanhamento social nos casos em que forem identificados riscos, além de promover sua participação nos grupos de convivência e nas atividades comunitárias. A articulação entre CRAS, Saúde, serviços de convivência e rede comunitária pode contribuir para prevenir o abandono, a negligência e o isolamento.

### 5.4. Pessoas idosas com necessidade de cuidador e dependência funcional

Os dados apontam 65 pessoas idosas com necessidade de cuidador, correspondendo a aproximadamente 6,4% do total avaliado, e 21 pessoas com dependência funcional, equivalentes a 2,1%.

Esses indicadores demonstram a importância de identificar as necessidades de cuidado de forma individualizada, considerando o grau de autonomia, as limitações para a realização das atividades cotidianas, as condições de moradia e a disponibilidade de familiares ou outras pessoas de referência.

A necessidade de cuidador deve ser analisada considerando que nem toda demanda de cuidado decorre exclusivamente de dependência funcional, podendo envolver condições de saúde, limitações temporárias, fragilidade, ausência de rede de apoio ou dificuldades para a realização de determinadas atividades.

Nesse contexto, é fundamental fortalecer a atuação integrada das políticas municipais de Saúde e Assistência Social, bem como promover orientações e ações de apoio aos cuidadores familiares. O planejamento municipal também deve considerar a necessidade de ampliar o acesso a informações, serviços e estratégias de apoio às famílias que assumem responsabilidades de cuidado.

### 5.5. Pessoas idosas com risco aumentado de isolamento social

Foram identificadas 206 pessoas idosas com risco aumentado de isolamento social, correspondendo a aproximadamente 20,3% do total avaliado. Esse resultado evidencia a necessidade de ampliar as estratégias de convivência, participação comunitária e fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

O isolamento pode estar relacionado a diferentes fatores, como dificuldades de mobilidade, condições de saúde, distância dos serviços públicos, residência em áreas rurais, perda de familiares, ausência de vínculos comunitários ou barreiras de acesso às atividades coletivas.

Diante disso, recomenda-se fortalecer os grupos de convivência existentes no município, ampliar as oportunidades de participação das pessoas idosas nas atividades culturais, recreativas e comunitárias e desenvolver estratégias específicas para alcançar aquelas que enfrentam dificuldades para sair de casa ou residem em localidades rurais. A busca ativa e o acompanhamento pelos serviços públicos devem priorizar as situações em que o isolamento esteja associado a outros fatores de risco.

### 5.6. Síntese diagnóstica e implicações para o planejamento municipal

A análise conjunta dos indicadores demonstra que, embora a maioria das pessoas idosas avaliadas apresente baixa vulnerabilidade clínico-funcional e suporte familiar suficiente, existe um contingente expressivo que demanda atenção preventiva e acompanhamento específico. Destacam-se as 410

pessoas com vulnerabilidade clínico-funcional intermediária ou alta, as 399 com suporte familiar insuficiente e as 206 com risco aumentado de isolamento social.

Esses resultados reforçam a necessidade de desenvolver ações intersetoriais que integrem Saúde, Assistência Social, Habitação, Esporte, Cultura e demais políticas públicas, de acordo com as necessidades identificadas. Recomenda-se, ainda, articular os resultados do IVCF-20 e do IVSF-10 com os registros do Cadastro Único, os dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o mapeamento da rede de serviços vinculada ao CERAPI e as informações do Cadastro de Cuidadores do Paraná, quando disponíveis.

Para o planejamento municipal, constituem prioridades:

- Prevenção da fragilidade: acompanhamento das pessoas idosas com vulnerabilidade intermediária e alta, em articulação com a rede de Saúde.
- Fortalecimento do suporte familiar: orientação, acompanhamento social e apoio aos familiares e cuidadores.
- Atenção às pessoas que vivem sozinhas: identificação de riscos, busca ativa e fortalecimento dos vínculos comunitários.
- Promoção da convivência: ampliação das estratégias de prevenção ao isolamento social, com atenção especial às pessoas com mobilidade reduzida e às residentes na área rural.
- Organização da rede de cuidados: identificação das demandas por cuidadores, apoio às famílias e avaliação das necessidades de atendimento domiciliar e de outros serviços pertinentes.
- Monitoramento dos indicadores: atualização periódica das informações para subsidiar a definição de prioridades, metas e ações do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2026–2029.

Ressalta-se que os indicadores podem apresentar sobreposição entre as pessoas identificadas em diferentes categorias. Portanto, os quantitativos não devem ser somados para estimar o número total de pessoas em situação de vulnerabilidade sem uma análise individualizada dos registros. Além disso, os resultados devem ser interpretados considerando a metodologia dos instrumentos utilizados e a cobertura da avaliação realizada.

Em síntese, os dados fornecem uma base relevante para orientar políticas públicas que promovam não apenas a longevidade, mas também a autonomia, a participação social, a convivência familiar e comunitária e a oferta de cuidados adequados às necessidades das pessoas idosas do município.

## 6. DIAGNÓSTICO DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA – CERAPI

O CERAPI constitui instrumento destinado ao levantamento e sistematização dos órgãos, serviços, equipamentos, programas, projetos e organizações que atuam na promoção, proteção, defesa, atenção e garantia de direitos da pessoa idosa. A legislação estadual determina o preenchimento do cadastro pelos municípios participantes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

O município identificou e registrou no CERAPI tanto os serviços exclusivos para pessoas idosas quanto aqueles que desenvolvem ações específicas ou atendimento universal que também alcance esse público.

A análise da rede considerou:

| **Área** | **Serviços/equipamentos cadastrados** |
|---|---|
| Assistência Social | Secretaria de Assistência, CRAS, Centro de Convivência do Idoso Sede, Centro de Convivência do Distrito do Carajá, Centro de Eventos. |
| Saúde | Posto de Saúde Sede, Posto de Saúde do BNH, Posto de Saúde do Carajá |
| Educação | Secretaria de Educação, Escola Municipal /Sede, Escola Municipal do Carajá, CMEI da Sede, CMEI do Carajá, Colégio Estadual Sede, Alfabetização de Adultos. |
| Cultura | Secretaria da Cultura, Casa da Cultura |
| Esporte e lazer | Ginásio de Esporte Sede, Quadras poliesportiva Sede, Carajá e Vila São Paulo, Campos de Futebol Sede e Carajá |
| Habitação | Secretaria de Habitação |
| Transporte | Secretaria de transporte |
| Conselhos e controle social | CMAS, CMDCA, CMDI, CMDPD, CMSA, CMDM, CMH, Conselho Tutelar |
| Organizações da | APMFs, APAE, Clubes da Terceira Idade Sede e Carajá, |

| Área | Serviços/equipamentos cadastrados |
|---|---|
| sociedade civil | ACIJ, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Pastoral da Criança |
| Serviços privados conveniados ou parceiros | Hospital, Clínicas, Laboratórios |

O levantamento dos serviços e equipamentos cadastrados no CERAPI evidencia que o município de Jesuítas/PR dispõe de uma rede intersetorial composta por serviços públicos, equipamentos comunitários, órgãos de controle social, organizações da sociedade civil e prestadores privados conveniados ou parceiros, com potencial para contribuir para a promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa.

Na área da Assistência Social, destacam-se a Secretaria Municipal, o CRAS e os Centros de Convivência da Pessoa Idosa da sede e do distrito de Carajá, que constituem espaços estratégicos para o desenvolvimento de ações de convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de isolamento social e identificação de vulnerabilidades. O Centro de Eventos também representa um espaço de apoio à realização de atividades coletivas, encontros e campanhas voltadas ao envelhecimento ativo.

Na área da Saúde, o cadastro contempla três unidades de atendimento: Posto de Saúde da Sede, Posto de Saúde do BNH e Posto de Saúde do Carajá. Essa distribuição territorial constitui um ponto favorável para a aproximação dos serviços de saúde com a população idosa, possibilitando ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento das condições crônicas e identificação de situações de fragilidade e dependência. Recomenda-se fortalecer a articulação entre a Atenção Primária à Saúde e a Assistência Social, especialmente no acompanhamento de pessoas idosas que vivem sozinhas, apresentam limitações funcionais ou dependem de cuidados contínuos.

A área da Educação apresenta uma estrutura diversificada, incluindo escolas municipais e estadual, Centros Municipais de Educação Infantil, Secretaria de Educação e iniciativas de alfabetização de adultos. Essa rede pode contribuir para ações de educação ao longo da vida, alfabetização de pessoas idosas, inclusão digital, atividades intergeracionais e enfrentamento do

preconceito relacionado à idade. A alfabetização de adultos, em particular, pode representar uma oportunidade para ampliar a autonomia e o acesso das pessoas idosas à informação e aos serviços públicos.

Nas áreas de Cultura, Esporte e Lazer, a presença da Secretaria da Cultura, da Casa da Cultura, do ginásio de esportes, das quadras poliesportivas e dos campos de futebol demonstra a existência de espaços que podem ser utilizados para atividades físicas adaptadas, oficinas culturais, recreação, socialização e participação comunitária. Entretanto, é importante verificar se esses equipamentos oferecem condições adequadas de acessibilidade, segurança, mobilidade e participação das pessoas idosas, inclusive daquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Quanto às áreas de Habitação e Transporte, o cadastro identifica as respectivas secretarias municipais, indicando a existência de estruturas administrativas que podem participar do planejamento de ações destinadas à melhoria das condições de moradia e mobilidade da população idosa. Recomenda-se ampliar a articulação dessas áreas com a Assistência Social e a Saúde, com atenção às adaptações domiciliares, à acessibilidade dos espaços públicos, ao transporte para consultas e tratamentos e às necessidades específicas das pessoas idosas residentes na área rural e no distrito de Carajá.

A presença de diversos conselhos municipais e órgãos de controle social, como CMAS, CMDCA, CMDI, CMDPD, CMSA, CMDM, CMH e Conselho Tutelar, constitui uma oportunidade para fortalecer a participação social e a atuação integrada na defesa dos direitos. Nesse contexto, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI) possui papel estratégico na proposição, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas destinadas a esse segmento populacional, articulando-se com os demais conselhos para o enfrentamento de situações de violência, negligência, discriminação e violação de direitos.

No âmbito das organizações da sociedade civil, o cadastro contempla APMFs, APAE, Clubes da Terceira Idade da sede e de Carajá, ACIJ, sindicatos dos trabalhadores rurais e Pastoral da Criança. Essas instituições podem contribuir para a mobilização comunitária, o desenvolvimento de atividades de convivência, a identificação de demandas sociais e a ampliação da participação das pessoas idosas nas decisões que afetam suas vidas. Os Clubes da

Terceira Idade, especialmente, representam espaços importantes para o fortalecimento dos vínculos sociais, a prevenção do isolamento e a promoção do envelhecimento ativo.

Os serviços privados conveniados ou parceiros, como hospital, clínicas e laboratórios, complementam a estrutura de atendimento, podendo contribuir para a continuidade dos cuidados em saúde e para o acesso a procedimentos diagnósticos e terapêuticos. É importante que a articulação com esses prestadores favoreça a continuidade do atendimento, o encaminhamento adequado e a atenção integral às necessidades das pessoas idosas.

### 6.1. Síntese diagnóstica

De modo geral, o cadastro do CERAPI demonstra que Jesuítas possui uma rede potencialmente favorável à implementação de ações intersetoriais voltadas à pessoa idosa, abrangendo áreas essenciais para a garantia de direitos, a promoção da autonomia, a convivência comunitária e a qualidade de vida. A existência de equipamentos na sede e no distrito de Carajá constitui um aspecto positivo para a organização territorial dos serviços.

Entretanto, o registro dos equipamentos no CERAPI não comprova, isoladamente, a efetiva integração da rede, a cobertura dos atendimentos ou a adequação dos serviços às necessidades da população idosa. Para aprofundar o diagnóstico, recomenda-se verificar a atualização dos cadastros, a acessibilidade dos equipamentos, a distribuição territorial dos atendimentos, os fluxos de encaminhamento, a existência de protocolos de atendimento compartilhado e as principais demandas não atendidas.

Também se destaca a necessidade de fortalecer a identificação e a articulação dos serviços voltados ao cuidado da pessoa idosa, incluindo o apoio aos familiares e cuidadores, a orientação para os cuidados domiciliares e o acompanhamento de pessoas em situação de fragilidade, dependência ou ausência de suporte familiar. A integração entre Assistência Social, Saúde, Habitação, Transporte, organizações da sociedade civil e demais políticas públicas deve constituir uma prioridade para ampliar a proteção social e prevenir situações de negligência, violência e isolamento.

Assim, para o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jesuítas/PR – 2026–2029, recomenda-se utilizar o levantamento do CERAPI como instrumento de planejamento e articulação da rede, subsidiando a

definição de prioridades, responsabilidades institucionais, ações intersetoriais e mecanismos de monitoramento e avaliação, em consonância com os princípios do envelhecimento ativo, da dignidade, da autonomia e da garantia de direitos da pessoa idosa.

## 7. ESCUTA DIAGNÓSTICA DA POPULAÇÃO IDOSA

Como estratégia de complementação das informações quantitativas e institucionais, foi realizada a Escuta Diagnóstica da População Idosa do Município de Jesuítas/PR, com o objetivo de conhecer, a partir da percepção das próprias pessoas idosas, as condições de vida, necessidades, avanços, dificuldades e expectativas relacionadas às políticas públicas e aos serviços existentes no município.

A escuta contemplou pessoas idosas residentes na área urbana e rural e buscou considerar diferentes faixas etárias, níveis de autonomia, condições de vida e diferentes formas de participação comunitária.

A metodologia combinou escuta direta, diálogo orientado, levantamento de percepções, registro das barreiras existentes e coleta de propostas. As manifestações foram organizadas conforme os **nove eixos do Guia Orientativo**, permitindo identificar aspectos positivos, barreiras e sugestões.

A metodologia foi ampliada para contemplar também a perspectiva de:

- cuidadores familiares, informais e profissionais;
- gestores municipais;
- trabalhadores das políticas públicas;
- profissionais da rede de atendimento;
- representantes de organizações da sociedade civil;
- pessoas idosas residentes na área rural;
- pessoas idosas com diferentes níveis de autonomia e dependência.

Essa ampliação atende à metodologia do PAPI, que orienta que a escuta qualificada considerando não apenas a população idosa, mas também seus cuidadores, gestores públicos e sociedade civil.

### 7.1. Perfil Dos Participantes

A Escuta Diagnóstica contou com a participação de **289 pessoas idosas**, sendo **196 mulheres e 93 homens**, residentes no Município de Jesuítas/PR.

Quanto à faixa etária, participaram pessoas com idade entre **60 e 89 anos**, contemplando diferentes fases do processo de envelhecimento, inclusive pessoas com 80 anos ou mais.

Quanto ao território de residência:

- **Área urbana:** 244 participantes;
- **Área rural:** 45 participantes.

A participação rural é especialmente relevante em razão das características territoriais do município e das possíveis diferenças de acesso aos serviços, transporte, saúde, convivência, cultura, lazer, assistência social e demais políticas públicas.

Para a etapa complementar da escuta, deverá ser registrado quantitativamente o número de:

| **Público** | **Número de participantes** |
|---|---|
| Pessoas idosas | 289 |
| Cuidadores familiares | 19 |
| Cuidadores informais | 23 |
| Cuidadores profissionais | 3 |
| Gestores públicos | 5 |
| Trabalhadores/profissionais da rede | 14 |
| Representantes da sociedade civil | 39 |
| Participantes idosos da área rural | 45 |

A escuta possui caráter participativo e diagnóstico, não constituindo pesquisa estatística ou amostral.

## 8. RESULTADOS DA ESCUTA DIAGNÓSTICA – NOVE EIXOS

Os resultados da escuta serão ser apresentados nos seguintes **nove eixos**:

1. Espaços ao ar livre e edifícios;
2. Transporte;
3. Habitação;
4. Participação social;

5. Respeito e inclusão social;
6. Participação cívica e emprego;
7. Comunicação e informação;
8. Cuidados comunitários e serviços de saúde;
9. Cuidado.

Foi acrescentado o eixo inovador do **Cuidado**, que será analisado de forma transversal às demais políticas públicas.

## QUADRO-RESUMO DOS RESULTADOS DA ESCUTA

| Eixo | Aspectos positivos identificados | Barreiras/dificuldades | Sugestões |
|---|---|---|---|
| **1. Espaços ao ar livre e edifícios** | Existência de praças, equipamentos públicos e espaços de convivência. | Calçadas, acessibilidade, iluminação, bancos, sanitários e segurança. | Adequar espaços, ampliar acessibilidade, instalar bancos, melhorar calçadas e iluminação. |
| **2. Transporte** | Existência de transporte municipal e apoio em situações específicas. | Dificuldades principalmente para moradores da área rural e para acesso a serviços especializados. | Ampliar transporte acessível, organizar deslocamentos e qualificar condições dos veículos. |
| **3. Habitação** | Predomínio de moradia própria e manutenção de vínculos territoriais. | Necessidade de adaptações, prevenção de quedas, dificuldades financeiras e situações de idosos que vivem sozinhos. | Apoiar adaptações, acessibilidade e segurança das moradias e identificar vulnerabilidades habitacionais. |
| **4. Participação social** | Grupos de convivência e atividades comunitárias fortalecem vínculos. | Isolamento de alguns idosos e dificuldades para pessoas com mobilidade reduzida. | Ampliar grupos, oficinas, atividades intergeracionais, culturais e comunitárias. |
| **5. Respeito e inclusão social** | Existência de vínculos comunitários e valorização das pessoas idosas em espaços de convivência. | Idadismo, invisibilidade de alguns idosos e necessidade de maior inclusão de pessoas com limitações. | Desenvolver campanhas de valorização, respeito, inclusão e combate ao idadismo. |
| **6. Participação cívica e emprego** | Interesse em contribuir com a comunidade e compartilhar conhecimentos e experiências. | Poucas oportunidades de voluntariado, trabalho compatível e participação nos espaços de decisão. | Ampliar voluntariado, participação em conselhos, oportunidades produtivas e protagonismo. |
| **7. Comunicação e informação** | Existência de canais institucionais e comunitários. | Dificuldades digitais e acesso limitado à informação por parte da população rural e idosos mais velhos. | Inclusão digital, informação presencial, rádio, grupos comunitários e ações educativas. |
| **8. Cuidados comunitários e serviços de saúde** | Existência de serviços de Saúde, Assistência Social e rede municipal. | Dificuldade de acesso a especialidades, transporte, continuidade do cuidado e acompanhamento de idosos dependentes. | Fortalecer atenção integral, articulação intersetorial, atendimento domiciliar e encaminhamentos. |
| **9. Cuidado** | Existência de familiares, | Sobrecarga, falta de formação, dificuldade de | Capacitar cuidadores, fortalecer apoio às |

| Eixo | Aspectos positivos identificados | Barreiras/dificuldades | Sugestões |
|---|---|---|---|
| | cuidadores e serviços que prestam apoio. | conciliar trabalho e cuidado, risco de negligência e isolamento. | famílias, prevenir sobrecarga e organizar rede municipal do cuidado. |

## 4.7 DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

As deliberações aprovadas na **Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa** constituem importante fonte de participação social e deverão integrar o presente diagnóstico, o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Plano de Ação do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

A incorporação das deliberações deverá demonstrar que as prioridades definidas pelas pessoas idosas e pela sociedade civil estão sendo consideradas no planejamento municipal.

Para tanto, deverá ser elaborado o seguinte quadro:

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| Ampliar a divulgação dos serviços e direitos da pessoa idosa através dos meios de comunicação de forma contínua. | **Eixo 1**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Saúde; | Alta | Ampliar e manter a divulgação contínua dos serviços, programas, benefícios, políticas públicas e direitos da pessoa idosa por meio dos canais de comunicação do município, incluindo redes sociais oficiais, site da Prefeitura, rádio, cartazes, folders, campanhas educativas e outros meios acessíveis, garantindo que as informações cheguem às pessoas idosas, seus familiares, cuidadores e à comunidade em geral. | Governo Municipal, Estadual e Federal |
| Alterar a idade mínima para solicitar o BPC de 65 anos para 60 anos de idade e permanecer o valor do benefício de 01 salário mínimo. | **Eixo 1**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Saúde; | Média e Alta | 1.Encaminhar proposta de reivindicação aos representantes do Poder Legislativo Federal, solicitando a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e do Estatuto da Pessoa Idosa.<br><br>2.Articular o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI), do Conselho Estadual e do Conselho | Governo Municipal, Estadual e Federal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. | |
| | | | 3.Mobilizar gestores públicos, conselhos de direitos, entidades da sociedade civil e movimentos sociais para defender a ampliação do acesso ao BPC a partir dos 60 anos. | |
| Criar um projeto para contratação de idosos no mercado de trabalho. | **Eixo 1**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Saúde; | Média | Elaborar e implementar um projeto municipal voltado à inclusão e à valorização da pessoa idosa no mercado de trabalho, por meio de parcerias com empresas, comércio local, indústrias, produtores rurais e demais empregadores. A iniciativa deverá incentivar a contratação de pessoas com 60 anos ou mais, considerando suas habilidades, experiências profissionais, conhecimentos e potencialidades, promovendo a autonomia, a geração de renda, o envelhecimento ativo e a participação social. | Governo Municipal |
| Disponibilizar transporte público para idosos nos distritos do Carajá e Vila São Paulo para ter acesso às atividades ofertadas pelo Centro de Convivência do Idoso. | **Eixo 1**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Saúde; | Alta | Disponibilizar transporte público gratuito ou acessível às pessoas idosas residentes nos distritos de Carajá e Vila São Paulo, no município de Jesuítas/PR, para garantir o deslocamento até o Centro de Convivência do Idoso e a participação nas atividades de convivência, lazer, cultura, esporte e integração social. | Governo Municipal |
| Capacitar e sensibilizar os profissionais da rede de atenção básica e | **Eixo 2**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de | Média | Promover capacitações, oficinas, palestras e encontros intersetoriais destinados aos profissionais da rede de | Governo Municipal, Estadual e Federal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | atenção básica e às lideranças comunitárias, abordando o processo de envelhecimento, as necessidades específicas da pessoa idosa, o atendimento humanizado, a prevenção de violências e negligências, a identificação de sinais de fragilidade e dependência, a saúde mental, a prevenção de quedas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Intensificar as visitas domiciliares, o acompanhamento contínuo e as ações educativas das equipes da Estratégia Saúde da Família, priorizando pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, isolamento, dependência funcional ou com dificuldade de acesso aos serviços de saúde. | |
| lideranças comunitárias no atendimento a pessoa idosa, intensificando ações do programa saúde da família voltada para o idoso. | Assistência Social e Previdência; | | | |
| Campanha de conscientização aos idosos para a necessidade de participar nas campanhas de vacinação e exames periódicos. | **Eixo 2**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Assistência Social e Previdência; | Alta | Desenvolver, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, campanhas educativas direcionadas às pessoas idosas, por meio de palestras, rodas de conversa, orientações nos grupos de convivência, distribuição de materiais informativos e divulgação nas unidades de saúde e demais espaços comunitários. Incentivar a atualização da caderneta de vacinação, a realização de exames preventivos conforme a indicação dos profissionais de saúde, o acompanhamento de doenças crônicas e a participação nas campanhas municipais de saúde. | Governo Municipal |
| Promover a capacitação | **Eixo 2**: Direitos fundamentais na construção/efetivaçã | Média | Desenvolver, em parceria com a Secretaria Municipal de | Governo Municipal, Estadual |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| gratuita para cuidadores de idosos aos familiares com idoso acamado. | o das políticas públicas de Assistência Social e Previdência; | | Saúde, a Regional de Saúde e demais instituições competentes, cursos, oficinas e orientações práticas gratuitas para familiares de pessoas idosas acamadas, abordando temas como higiene e cuidados pessoais, mudança de decúbito e prevenção de lesões por pressão, alimentação e hidratação, administração segura de medicamentos conforme prescrição profissional, mobilização e transferência segura, identificação de sinais de alerta e prevenção de acidentes no domicílio. A capacitação também deverá contemplar orientações sobre autocuidado, saúde emocional e prevenção da sobrecarga dos cuidadores. | |
| Efetivar as ações que visem a garantia das Políticas Públicas destinadas a pessoa idosa e sua família. | **Eixo 3**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Moradia e Transporte; | Média | Promover e efetivar ações intersetoriais que assegurem a garantia, a defesa e a ampliação do acesso às políticas públicas destinadas à pessoa idosa e sua família, por meio da articulação entre as políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, Cultura, Esporte e Lazer, Previdência Social e demais políticas públicas, visando à proteção integral, à autonomia, à dignidade, à convivência familiar e comunitária e à melhoria da qualidade de vida da população idosa. | Governo Municipal, Estadual e Federal |
| Capacitar gestores e técnicos governamentais e não governamentais responsáveis | **Eixo 3**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Moradia e Transporte; | Média | Realizar cursos, oficinas, palestras e encontros intersetoriais destinados aos profissionais das áreas de Assistência Social, Habitação, Transporte, Saúde, Planejamento, Obras e | Governo Municipal, Estadual e Federal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| pela gestão das políticas públicas em moradia e transporte. | | | demais políticas públicas, abordando a legislação vigente, a acessibilidade nos espaços públicos e privados, o transporte acessível, a adaptação de moradias, a prevenção de riscos domésticos e a promoção da autonomia, da segurança e da qualidade de vida da pessoa idosa.<br> Desenvolver campanhas educativas em datas alusivas à pessoa idosa, especialmente no mês de outubro.<br> Divulgar o Estatuto da Pessoa Idosa, os direitos sociais e os serviços disponíveis no município. | |
| Realizar campanhas educativas, tendo como foco as políticas para a pessoa idosa. | **Eixo 3**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Moradia e Transporte; | Alta | Promover ações de prevenção à violência, negligência, abandono, discriminação e golpes financeiros.<br> Realizar palestras, rodas de conversa, reuniões comunitárias e atividades informativas nos grupos de convivência, unidades de saúde e comunidades rurais.<br> Utilizar redes sociais, rádio, cartazes e outros meios de comunicação para ampliar o acesso às informações.<br> Mobilizar a rede intersetorial e o Conselho do Idoso. | Governo Municipal, Estadual e Federal |
| Aprimorar e dar continuidade a todas as atividades de cultura, esporte | **Eixo 4**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, | Média | Aprimorar, fortalecer e dar continuidade às atividades de cultura, esporte, lazer e convivência | Governo Municipal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| e lazer feitas no Centro de Convivência do Idoso. | Esporte e Lazer; | | desenvolvidas no Centro de Convivência da Pessoa Idosa, no Município de Jesuítas/PR, promovendo o envelhecimento ativo e saudável, a socialização, a autonomia, o protagonismo e a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, por meio da oferta regular de oficinas culturais, atividades físicas e recreativas, jogos, dança, música, artesanato, passeios, eventos comemorativos e atividades de integração comunitária, respeitando os interesses, as capacidades e as necessidades dos participantes. | |
| Buscar projetos de incentivo a esportes direcionados a terceira idade que envolvam toda a comunidade. | **Eixo 4**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, Esporte e Lazer; | Média | Promover a busca, identificação e implementação de projetos, programas e parcerias de incentivo à prática de atividades físicas e esportivas voltadas à pessoa idosa, envolvendo toda a comunidade, com participação integrada das Secretarias Municipais, dos grupos de convivência, das instituições locais e da sociedade civil. A ação visa estimular o envelhecimento ativo e saudável, fortalecer os vínculos comunitários e intergeracionais, prevenir o isolamento social e ampliar as oportunidades de lazer, convivência e participação social da população idosa. | Governo Municipal |
| Elaboração de Projetos de lazer para a terceira idade, criando condições para | **Eixo 4**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, | Média | Elaborar e implementar projetos e atividades de lazer voltados à população idosa, contemplando atividades recreativas, culturais, esportivas, turísticas e | Governo Municipal, Estadual |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | de integração comunitária, por meio de oficinas, passeios, encontros intergeracionais, atividades em grupos de convivência e eventos comunitários, respeitando os interesses, as potencialidades e as necessidades das pessoas idosas, inclusive daquelas residentes na área rural. | |
| promover sua autonomia, sua integração e sua participação efetiva na sociedade. | Esporte e Lazer; | | Promover atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer que favoreçam o convívio social, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a aproximação da família com a pessoa idosa, por meio de encontros intergeracionais, passeios, oficinas, atividades físicas, eventos culturais e confraternizações. | |
| Proporcionar atividades de cultura, esporte e lazer que possibilitem o convívio social e a aproximação da família com o idoso. | **Eixo 4**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, Esporte e Lazer; | Média | Estratégias de execução:<br><br>1.Organizar passeios culturais, turísticos e recreativos com a participação das pessoas idosas e seus familiares.<br><br>2.Promover atividades esportivas adaptadas, caminhadas, dança, jogos e brincadeiras.<br><br>3.Realizar encontros intergeracionais entre idosos, crianças, adolescentes e demais membros da comunidade.<br><br>4.Incentivar a participação das famílias nos grupos de | Governo Municipal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | convivência e nos eventos comemorativos.<br><br>5.Desenvolver oficinas de artesanato, música, dança, contação de histórias e outras atividades culturais.<br><br>6.Estimular a participação das pessoas idosas nas atividades promovidas pelo Município, respeitando suas condições físicas, interesses e autonomia. | |
| Realizar projeto de aulas de computação para a pessoa idosa. | **Eixo 4**: Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, Esporte e Lazer; | Média | Implantar e executar projeto de aulas de informática e inclusão digital destinado às pessoas idosas do Município de Jesuítas/PR, visando desenvolver habilidades básicas no uso de computadores, celulares, tablets e internet, promovendo autonomia, independência, socialização e acesso às tecnologias digitais. | Governo Municipal, Estadual |
| Realizar campanhas de incentivo a alfabetização do idoso contribuindo para sua autonomia. | **Eixo 5**: Educação: assegurando direitos e emancipação humana | Média | Promover campanhas e atividades de incentivo à alfabetização de pessoas idosas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Assistência Social e demais instituições da rede de proteção, visando ampliar o acesso à leitura, à escrita e aos conhecimentos básicos de matemática e tecnologia digital, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, da autoestima, da inclusão social e do exercício da cidadania da pessoa idosa. | Governo Municipal, Estadual |
| | | | Estratégias de | |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | execução:<br><br>1.Desenvolver campanhas de sensibilização sobre a importância da alfabetização na terceira idade.<br><br>2.Identificar pessoas idosas com baixa escolaridade ou não alfabetizadas, especialmente nas comunidades rurais.<br><br>3.Promover oficinas de leitura, escrita, matemática básica e inclusão digital nos grupos de convivência e espaços comunitários.<br><br>4.Estabelecer parcerias com escolas municipais, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e instituições locais.<br><br>5.Incentivar a participação das pessoas idosas em atividades educativas, respeitando seus ritmos de aprendizagem e suas necessidades individuais. | |
| Promover cursos de inclusão digital para idosos facilitando acesso as tecnologias e comunicação social. | **Eixo 5**: Educação: assegurando direitos e emancipação humana | Média | Ofertar cursos e oficinas de inclusão digital para pessoas com 60 anos ou mais, abordando o uso de celulares, aplicativos de mensagens, chamadas de vídeo, redes sociais, acesso a serviços públicos digitais e ferramentas de comunicação. Orientar os participantes sobre segurança na internet, prevenção de golpes virtuais e proteção de dados pessoais, respeitando o ritmo de aprendizagem e as necessidades individuais. | Governo Municipal, Estadual e Federal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| Capacitação da pessoa idosa para o exercício da cidadania e participação nos espaços de controle social, conselhos e conferências. | **Eixo 5**: Educação: assegurando direitos e emancipação humana | Média | Promover ações de capacitação, formação e orientação destinadas às pessoas idosas do Município de Jesuítas/PR, visando ampliar o conhecimento sobre seus direitos, políticas públicas, mecanismos de participação popular e instrumentos de controle social. Incentivar a participação ativa das pessoas idosas nos Conselhos Municipais, especialmente no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI), nas conferências municipais, fóruns, audiências públicas e demais espaços de discussão, deliberação e fiscalização das políticas públicas. | Governo Municipal |
| Incentivar e promover palestras de orientação para familiares que possuem idosos dependentes. | **Eixo 5**: Educação: assegurando direitos e emancipação humana | Média | Promover palestras, encontros e atividades de orientação destinadas aos familiares e cuidadores de pessoas idosas, visando ampliar o conhecimento sobre o processo de envelhecimento, os cuidados necessários, a prevenção de violências e negligências, a garantia de direitos e a promoção da autonomia, dignidade e qualidade de vida da pessoa idosa. | Governo Municipal |
| Capacitação para terceira idade sobre planejamento, financeiro e empréstimo evitando golpes e endividamento. | **Eixo 5**: Educação: assegurando direitos e emancipação humana | Média | Realização de palestras educativas, rodas de conversa, oficinas práticas e distribuição de materiais informativos, em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social, Trabalho e Habitação, CRAS, instituições financeiras, Procon, órgãos de defesa do consumidor e profissionais especializados. | Governo Municipal, Estadual |
| Criar fórum e | **Eixo 6**: Enfrentamento da | Média | Promover a articulação entre a Secretaria | Governo Municipal, |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| rede que articule as demandas, necessidades e recursos de proteção à pessoa idosa em situação de violação de direitos. | Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa; | | Municipal da Mulher, Assistência Social, Trabalho e Habitação, Saúde, Educação, Segurança Pública, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI), Ministério Público, Conselho Tutelar, quando pertinente, e demais órgãos e entidades da rede de proteção, visando à identificação, ao encaminhamento, ao acompanhamento e à proteção integral das pessoas idosas com direitos violados. | Estadual |
| Mobilizar a mídia social, escrita e falada, tendo como tema o envelhecimento e o Estatuto do Idoso. | **Eixo 6**: Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa | Média | Desenvolver campanha de divulgação e sensibilização por meio de entrevistas em rádios locais, publicações em jornais, informativos, cartazes, redes sociais oficiais do Município e demais canais de comunicação, abordando temas relacionados ao envelhecimento saudável e digno, ao respeito intergeracional, à prevenção da violência contra a pessoa idosa, ao combate ao preconceito etário e à divulgação dos direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa. A ação deverá envolver o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI), a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social, Trabalho e Habitação, os serviços de saúde, educação e assistência social, além de parceiros da comunidade. | Governo Municipal |
| Qualificar a proteção social ao idoso. | **Eixo 6**: Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa | Alta | Fortalecer e qualificar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais destinados à pessoa idosa, por meio da | Governo Municipal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | capacitação continuada dos profissionais da rede de atendimento, do aprimoramento dos fluxos de encaminhamento e acompanhamento, da identificação de situações de vulnerabilidade, negligência, violência e abandono, e do fortalecimento da articulação intersetorial entre Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e demais órgãos da rede de proteção. | |
| Estimular a realização de campanhas e atividades específicas de prevenção e enfrentamento da violação de Direitos principalmente no que tange a exploração financeira e familiar e de terceiros. | **Eixo 6**: Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa | Alta | Realizar campanhas de conscientização, palestras, rodas de conversa, distribuição de materiais informativos e orientações à população idosa, familiares, cuidadores e comunidade em geral, visando identificar e prevenir situações de exploração financeira, apropriação indevida de aposentadorias e benefícios, empréstimos não autorizados, fraudes, golpes e outras formas de violência patrimonial. Divulgar os canais de denúncia e fortalecer a articulação entre Assistência Social, Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instituições financeiras, órgãos de segurança pública e demais integrantes da rede de proteção. | Governo Municipal, Estadual |
| Divulgar as decisões do Conselho do Idoso, seja Municipal, Estadual ou Federal, nas instituições que o representam | **Eixo 7**: Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas | Alta | 1. Divulgar as decisões do CMDI, CEDIPI/PR e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa por meio de reuniões, ofícios, murais informativos, redes sociais e canais oficiais | |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | do município. | |
| para que todos conheçam as propostas de melhorias nas políticas da pessoa idosa. | | | 2. Encaminhar as deliberações às instituições de atendimento à pessoa idosa, grupos de convivência, organizações da sociedade civil e demais serviços da rede de proteção.<br><br>3. Apresentar e discutir as decisões nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e nos espaços de participação social.<br><br>4. Incentivar as instituições e os representantes da sociedade civil a compartilhar as informações com as pessoas idosas, familiares, cuidadores e profissionais.<br><br>5. Acompanhar a implementação das deliberações que contribuam para o aprimoramento das políticas públicas municipais. | Governo Municipal, Estadual e Federal |
| Oferecer capacitação aos conselheiros, no que ser refere a Conselho de direitos, para mantê-los atualizados a fim de contribuir nas decisões do colegiado. | **Eixo 7**: Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas | Média | Promover capacitação continuada aos conselheiros municipais dos Conselhos de Direitos, por meio de cursos, oficinas, palestras e encontros formativos, abordando legislação vigente, atribuições e competências dos conselhos, controle social, elaboração e acompanhamento de políticas públicas, deliberação de recursos e funcionamento dos fundos municipais, visando manter os | Governo Municipal |

| Deliberação da Conferência | Eixo relacionado | Prioridade | Ação correspondente no Plano | Responsável |
|---|---|---|---|---|
| | | | conselheiros atualizados e qualificados para subsidiar a análise das de | |
| Orientar e instruir o conselho de Direitos a fiscalizar e cobrar a efetivação das ações que garantem os direitos da Pessoa idosa que são garantidas nas políticas públicas. | **Eixo 7**: Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas | Alta | Promover orientações, capacitações e reuniões técnicas com os conselheiros, abordando a legislação vigente, as competências do Conselho e os mecanismos de fiscalização das políticas públicas destinadas à pessoa idosa. Incentivar o acompanhamento da execução dos planos, programas, projetos e serviços ofertados pelo Município, a realização de visitas aos equipamentos públicos e entidades de atendimento, a solicitação de informações aos órgãos responsáveis e o encaminhamento de recomendações e cobranças aos setores competentes, visando à garantia dos direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa. | Governo Municipal |

## 10. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A análise integrada evidencia que a realidade da população idosa de Jesuítas não pode ser compreendida apenas a partir do número de pessoas com 60 anos ou mais. É necessário considerar diferenças de idade, sexo, território, renda, condições de saúde, funcionalidade, suporte familiar, necessidade de cuidado e acesso à rede de serviços.

A análise quantitativa permitirá dimensionar o contingente de pessoas idosas, identificar a feminização do envelhecimento, reconhecer a participação dos grupos de maior idade e acompanhar a concentração de pessoas idosas na área urbana e rural.

Os dados do CadÚnico e do BPC contribuirão para identificar situações de vulnerabilidade socioeconômica, enquanto o IVCF-20 e o IVSF-10

permitirão qualificar a análise da vulnerabilidade clínico-funcional e sociofamiliar.

A análise do CERAPI permitirá identificar os ativos existentes no território e os vazios de atendimento. Por sua vez, o Cadastro de Cuidadores do Paraná contribuirá para reconhecer a estrutura informal e formal de cuidados existente no município.

A escuta ampliada permitirá incorporar a visão de pessoas idosas, cuidadores, profissionais, gestores, população rural e sociedade civil, tornando o diagnóstico mais representativo da realidade local.

As deliberações da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa deverão ser consideradas como manifestação formal da participação social, servindo de referência para a definição das prioridades do Plano Municipal.

## 11. CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DA POPULAÇÃO IDOSA

A população idosa constitui um segmento importante da realidade social do município. O processo de envelhecimento populacional evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas destinadas à promoção do envelhecimento ativo, saudável e com dignidade, considerando aspectos relacionados à saúde, assistência social, segurança, mobilidade, convivência familiar e comunitária, lazer, cultura, participação social e garantia de direitos.

Nesse contexto, a caracterização do Município de Jesuítas constitui etapa fundamental para a elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – 2026–2029, uma vez que permite compreender as particularidades territoriais, sociais, econômicas e demográficas que influenciam as condições de vida da população idosa. A análise da realidade local, associada à escuta direta das pessoas idosas e ao levantamento das demandas existentes, possibilita o planejamento de ações mais adequadas às necessidades da população e o fortalecimento da articulação intersetorial entre as políticas públicas municipais.

Assim, o Município de Jesuítas busca avançar na construção de uma política de atenção à pessoa idosa pautada na garantia de direitos, na prevenção de situações de vulnerabilidade e violência, na promoção da autonomia e independência, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na ampliação da participação das pessoas idosas na vida social

e comunitária, reconhecendo o envelhecimento como uma conquista social e um direito de todos.

A escuta diagnóstica realizada no Município de Jesuítas demonstra que a população idosa apresenta forte interesse pela participação comunitária e pelas atividades coletivas, especialmente aquelas desenvolvidas pelos grupos de convivência, clubes da terceira idade, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e demais ações promovidas pela rede municipal.

Observa-se que os espaços de convivência constituem importantes instrumentos de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a prevenção do isolamento social, a promoção da autoestima, a autonomia e a participação ativa das pessoas idosas na comunidade.

Ao mesmo tempo, as manifestações apresentadas durante a escuta revelam a existência de desafios relacionados ao acesso a serviços públicos, à mobilidade, à acessibilidade urbana, à saúde, à proteção contra situações de violência e à ampliação das oportunidades de lazer, cultura, esporte e inclusão digital.

A população idosa demonstra interesse em participar de atividades diversificadas e permanentes, indicando que as ações municipais devem ultrapassar a perspectiva de eventos pontuais e avançar para uma política continuada de promoção do envelhecimento ativo e saudável.

A realidade identificada aponta, ainda, para a importância da valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos, com capacidade de participação, contribuição social e tomada de decisões sobre as políticas públicas que lhe dizem respeito.

## 12. DIAGNÓSTICO DAS PRINCIPAIS DEMANDAS E VULNERABILIDADES

O diagnóstico das principais demandas e vulnerabilidades da população idosa do Município de Jesuítas – PR foi elaborado a partir da escuta diagnóstica realizada com pessoas idosas participantes dos grupos de convivência e demais espaços de participação social, bem como da análise das demandas identificadas pelos serviços públicos municipais. O levantamento constitui importante instrumento para subsidiar a elaboração e a implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – 2026–2029,

contribuindo para o planejamento de políticas públicas integradas e alinhadas às necessidades da população idosa local.

A análise realizada evidencia que o processo de envelhecimento da população exige do Município o fortalecimento de ações intersetoriais que promovam o envelhecimento ativo, saudável, digno e participativo. Embora a população idosa de Jesuítas apresente potencialidades relacionadas à participação comunitária, à convivência familiar, à atuação nos grupos de terceira idade e ao interesse em atividades sociais, culturais e recreativas, também foram identificadas situações de vulnerabilidade que podem comprometer a autonomia, a qualidade de vida e a garantia de direitos.

Entre as principais demandas identificadas destaca-se a necessidade de fortalecimento da atenção integral à saúde da pessoa idosa, com ampliação das ações de prevenção e promoção da saúde, acompanhamento de doenças crônicas, atendimento especializado, acompanhamento de saúde mental, incentivo à atividade física e acesso facilitado aos serviços de saúde. Também se evidencia a importância de ações voltadas à prevenção de quedas, alimentação saudável, cuidados com a saúde bucal e visual, acompanhamento do uso de medicamentos e orientação aos idosos e seus familiares quanto aos cuidados necessários durante o processo de envelhecimento.

No âmbito da assistência social, observa-se a necessidade de fortalecer os serviços de proteção social básica, especialmente as ações de convivência e fortalecimento de vínculos, visando prevenir situações de isolamento social, solidão e fragilização dos vínculos familiares e comunitários. A manutenção e ampliação dos grupos de convivência da terceira idade são consideradas estratégias relevantes para promover a participação social, a integração comunitária, a autoestima e o sentimento de pertencimento.

Também se identificam vulnerabilidades relacionadas à insuficiência ou redução da renda familiar, especialmente entre pessoas idosas que dependem exclusivamente de aposentadorias, pensões ou do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Em alguns casos, a renda da pessoa idosa constitui importante fonte de sustento do núcleo familiar, o que pode aumentar sua responsabilidade financeira e sua exposição a situações de vulnerabilidade econômica. Nesse contexto, torna-se necessário ampliar a orientação sobre direitos socioassistenciais, benefícios, programas de transferência de renda e acesso às políticas públicas.

Outra demanda relevante refere-se à mobilidade e à acessibilidade. A existência de limitações físicas decorrentes do processo de envelhecimento, associada às barreiras arquitetônicas e à necessidade de transporte adequado, pode restringir o acesso das pessoas idosas aos serviços públicos, atividades de convivência, atendimento de saúde e espaços de participação social. Dessa forma, é fundamental promover a acessibilidade dos espaços públicos e incentivar medidas que favoreçam a mobilidade e a autonomia da população idosa.

A solidão e o isolamento social também se apresentam como fatores de vulnerabilidade que merecem atenção. A redução dos vínculos familiares, a viuvez, a ausência ou distância dos filhos e familiares, além da diminuição da participação social, podem contribuir para o agravamento de situações de sofrimento emocional e perda de autonomia. Nesse sentido, é necessário fortalecer estratégias de convivência comunitária, visitas domiciliares quando necessárias, atividades coletivas e ações de busca ativa para identificar pessoas idosas em situação de isolamento ou fragilidade social.

No que se refere à proteção contra violações de direitos, destaca-se a necessidade de fortalecer as ações de prevenção e enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, incluindo violência física, psicológica, patrimonial, financeira, negligência, abandono e violência institucional. A dependência econômica, a fragilidade dos vínculos familiares e a falta de informação sobre os canais de denúncia podem contribuir para a permanência de situações de violência não identificadas ou não denunciadas. Assim, são necessárias ações permanentes de conscientização, orientação e divulgação dos direitos da pessoa idosa, bem como o fortalecimento da articulação entre Assistência Social, Saúde, Segurança Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e demais órgãos da rede de proteção.

A vulnerabilidade digital também merece atenção, considerando que parte da população idosa apresenta dificuldades no acesso e na utilização de tecnologias, aplicativos e serviços digitais. Essa situação pode limitar o acesso a informações, serviços públicos, atendimento bancário e outros direitos. A oferta de ações de inclusão e alfabetização digital pode contribuir para ampliar a autonomia e a participação social das pessoas idosas, reduzindo situações de dependência e vulnerabilidade.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de ampliar as oportunidades de participação cultural, esportiva, recreativa e de lazer. As pessoas idosas demonstram interesse em atividades que promovam convivência, turismo, passeios, eventos culturais, oficinas, atividades físicas e recreativas. A ampliação dessas iniciativas contribui para a promoção da saúde, prevenção do isolamento social e fortalecimento dos vínculos comunitários.

A escuta diagnóstica também evidencia a importância da valorização da pessoa idosa enquanto sujeito de direitos, reconhecendo sua trajetória de vida, seus conhecimentos, experiências e contribuições para o desenvolvimento da comunidade. Dessa forma, é necessário estimular espaços de participação e protagonismo da população idosa na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas municipais.

Diante desse cenário, as principais demandas e vulnerabilidades identificadas no Município de Jesuítas podem ser sintetizadas nos seguintes eixos prioritários:

### 12.1. Espaços ao Ar Livre e Edifícios

O eixo Espaços ao Ar Livre e Edifícios tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade, segurança, conforto e adequação dos espaços públicos e das edificações utilizadas pela população idosa, considerando suas necessidades de mobilidade, autonomia, convivência e participação social. Esse eixo contempla as condições das praças, parques, calçadas, vias públicas, áreas de lazer, espaços de convivência e prédios públicos, verificando se esses ambientes favorecem o envelhecimento ativo e saudável.

No município de Jesuítas/PR, a análise desse eixo deve considerar as características da área urbana e rural, observando as condições de conservação das calçadas, a existência de rampas de acesso, travessias seguras, bancos para descanso, iluminação pública, arborização, áreas sombreadas, banheiros acessíveis e mobiliários adequados. Também é importante avaliar a acessibilidade dos prédios públicos e dos equipamentos utilizados pelas pessoas idosas, especialmente os serviços de saúde, assistência social, espaços de convivência e locais destinados à realização de atividades comunitárias.

A existência de ambientes acessíveis, seguros e acolhedores contribui para reduzir barreiras físicas, prevenir quedas e acidentes, ampliar a circulação das pessoas idosas e incentivar a participação em atividades de lazer, cultura, esporte e convivência comunitária. Por outro lado, a presença de calçadas irregulares, obstáculos nas vias públicas, ausência de locais para descanso e dificuldades de acesso às edificações pode limitar a autonomia, aumentar o isolamento social e dificultar o acesso aos serviços públicos, principalmente para pessoas com mobilidade reduzida, deficiência ou limitações funcionais.

Dessa forma, o diagnóstico municipal deve subsidiar o planejamento de ações intersetoriais envolvendo as áreas de Assistência Social, Saúde, Obras, Planejamento, Urbanismo e demais setores responsáveis, visando à melhoria gradual da infraestrutura urbana e rural e à promoção de espaços públicos inclusivos e acessíveis para todas as idades.

**Principais necessidades identificadas para análise e planejamento**

- Melhorar a acessibilidade e a conservação das calçadas, vias públicas e travessias para pedestres.
- Ampliar a instalação e a manutenção de rampas de acessibilidade, corrimãos e sinalização adequada.
- Garantir iluminação pública suficiente, bancos para descanso e espaços com sombra nas praças e áreas de convivência.
- Adequar os prédios e equipamentos públicos às normas de acessibilidade, priorizando os locais de atendimento à população idosa.
- Qualificar os espaços de lazer, convivência e atividades físicas, considerando as necessidades das pessoas idosas com diferentes níveis de autonomia.
- Avaliar as condições de acesso e circulação das pessoas idosas residentes na área rural, considerando as distâncias, as condições das vias e a disponibilidade de espaços comunitários acessíveis.
- Estabelecer mecanismos de escuta das pessoas idosas, cuidadores e profissionais para identificar barreiras e priorizar intervenções.

**Direcionamento para o Plano de Ação**

Como encaminhamento, recomenda-se realizar um levantamento das condições de acessibilidade dos espaços públicos e edifícios municipais, com registro dos principais obstáculos e definição de prioridades de intervenção. As

ações devem contemplar manutenção e adequação da infraestrutura, planejamento de melhorias nos espaços de convivência e inclusão das demandas da população idosa nos instrumentos de planejamento municipal.

A implementação dessas medidas deverá contribuir para que Jesuítas avance na construção de um município mais acessível, seguro, inclusivo e acolhedor, assegurando às pessoas idosas melhores condições para exercer seu direito de ir e vir, conviver em comunidade e participar da vida social com autonomia e dignidade.

### 12.2. Mobilidade Urbana, acessibilidade e território

O eixo Mobilidade Urbana, Acessibilidade e Território, no âmbito do Plano Municipal de Implementação do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI) de Jesuítas/PR, tem como objetivo analisar as condições de deslocamento, acessibilidade e circulação das pessoas idosas nos espaços urbanos e rurais, considerando suas necessidades, limitações funcionais e diferentes realidades territoriais. Busca identificar barreiras físicas, arquitetônicas, urbanísticas e de transporte que possam comprometer a autonomia, a segurança, a independência e a participação social dessa população.

A análise compreende as condições das calçadas, vias públicas, travessias de pedestres, sinalização, iluminação pública, rampas de acesso, espaços de circulação, pontos de ônibus, disponibilidade de transporte público ou comunitário e acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos, como unidades de saúde, CRAS, espaços de convivência, estabelecimentos comerciais e demais locais de interesse da população idosa.

No município de Jesuítas/PR, é importante considerar as particularidades da população residente na área urbana e nas comunidades rurais, uma vez que as distâncias, as condições das estradas, a oferta de transporte e a distribuição dos serviços podem representar obstáculos diferenciados ao acesso aos direitos e às políticas públicas. Para as pessoas idosas que residem no meio rural ou em localidades mais afastadas, a dificuldade de deslocamento pode limitar o acesso a consultas médicas, atividades de convivência, serviços socioassistenciais, atividades culturais e espaços de participação comunitária.

O diagnóstico desse eixo também deve considerar as necessidades específicas das pessoas idosas com deficiência, mobilidade reduzida, limitações visuais ou auditivas e aquelas que necessitam de apoio de familiares ou cuidadores para se locomover. A identificação dessas situações permite compreender de que maneira as condições do território influenciam a qualidade de vida, a prevenção de acidentes, o isolamento social e o exercício da autonomia.

Dessa forma, o eixo busca subsidiar o planejamento de ações intersetoriais voltadas à promoção de ambientes acessíveis, seguros e inclusivos, por meio da articulação entre as políticas municipais de assistência social, saúde, obras, planejamento urbano, transporte, habitação e demais áreas envolvidas. Entre as prioridades, destacam-se a melhoria das calçadas e travessias, a adequação dos espaços públicos, o fortalecimento da sinalização e da iluminação, a ampliação das alternativas de transporte e a adoção de soluções que favoreçam o deslocamento seguro das pessoas idosas, tanto na área urbana quanto na rural.

A finalidade central deste eixo é garantir que as pessoas idosas possam circular pelo território com segurança, autonomia, dignidade e igualdade de oportunidades, ampliando seu acesso aos serviços, à convivência comunitária e à participação social, conforme os princípios do envelhecimento ativo e saudável e da promoção dos direitos da pessoa idosa.

**Aspectos a serem considerados no diagnóstico municipal**

- Acessibilidade urbana: condições das calçadas, rampas, travessias, sinalização e iluminação pública.
- Mobilidade e segurança: facilidade e segurança para caminhar e acessar os espaços públicos.
- Transporte: disponibilidade, acessibilidade, custo e adequação dos meios de transporte às necessidades das pessoas idosas.
- Território rural: condições de acesso das comunidades rurais aos serviços, equipamentos públicos e atividades comunitárias.
- Deslocamento para serviços essenciais: facilidade de acesso às unidades de saúde, CRAS, espaços de convivência e demais políticas públicas.

- Inclusão e autonomia: barreiras enfrentadas por pessoas idosas com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidade de acompanhamento.
- Participação social: influência das dificuldades de deslocamento na frequência às atividades de convivência, lazer, cultura e participação cidadã.

### 12.3. Habitação

O eixo Habitação tem como objetivo avaliar as condições de moradia das pessoas idosas, considerando a segurança, a acessibilidade, o conforto, a autonomia e a permanência no ambiente domiciliar pelo maior tempo possível, com dignidade e qualidade de vida. A moradia adequada constitui um elemento fundamental para o envelhecimento saudável, pois influencia diretamente a mobilidade, a independência funcional, a convivência familiar e comunitária e a prevenção de acidentes domésticos.

No município de Jesuítas/PR, o diagnóstico deste eixo considera as condições estruturais das residências ocupadas pelas pessoas idosas, a existência de barreiras arquitetônicas, a disponibilidade de saneamento básico, iluminação, ventilação e instalações adequadas, bem como a necessidade de adaptações que favoreçam a acessibilidade e reduzam os riscos de quedas. Também é importante observar as diferenças entre as áreas urbana e rural, especialmente quanto à conservação dos imóveis, ao acesso aos serviços públicos e à possibilidade de realizar reformas e adaptações domiciliares.

A análise contempla, ainda, as pessoas idosas que vivem sozinhas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como aquelas que residem em imóveis precários, cedidos, alugados ou que não dispõem de recursos financeiros para realizar melhorias necessárias. A articulação entre a Assistência Social, a Saúde, a Habitação e os demais setores municipais é essencial para identificar situações de risco, orientar as famílias e viabilizar encaminhamentos conforme as necessidades identificadas e as políticas públicas disponíveis.

Dessa forma, o eixo busca identificar as necessidades habitacionais da população idosa e subsidiar o planejamento de ações voltadas à promoção de moradias seguras, acessíveis e adequadas ao processo de envelhecimento, contribuindo para a prevenção de acidentes, a manutenção da autonomia e o fortalecimento do direito à moradia digna.

**Aspectos a serem considerados no diagnóstico**

- Condições físicas da moradia: conservação do imóvel, segurança estrutural, cobertura, pisos, instalações elétricas e sanitárias.
- Acessibilidade domiciliar: presença de escadas, desníveis, corredores estreitos, ausência de corrimãos e barras de apoio, além da necessidade de adaptações em banheiros e demais ambientes.
- Segurança e prevenção de acidentes: condições de iluminação, circulação interna, acesso à residência e riscos de quedas.
- Vulnerabilidade habitacional: pessoas idosas em moradias precárias, cedidas, alugadas ou sem condições financeiras para reformas.
- Contexto rural: condições de acesso à residência, conservação do imóvel e disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos.
- Autonomia e permanência no domicílio: condições que possibilitem à pessoa idosa continuar vivendo em sua própria casa com segurança, independência e apoio quando necessário.
- Acesso às políticas habitacionais: identificação de demandas por melhorias, adaptações, regularização habitacional e inclusão em programas existentes.

## 12.4. Participação social

A participação social constitui um aspecto fundamental para a promoção do envelhecimento ativo, saudável e participativo, pois possibilita às pessoas idosas manterem vínculos sociais, ampliarem suas relações interpessoais, compartilharem experiências e participarem de atividades comunitárias, culturais, recreativas e de convivência. No âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), este eixo busca identificar as oportunidades existentes no município para a integração das pessoas idosas na comunidade, bem como as barreiras que dificultam ou limitam sua participação na vida social.

A análise deste eixo considera a participação das pessoas idosas nos grupos de convivência, nas atividades promovidas pelos serviços públicos, nas organizações comunitárias, religiosas, culturais e recreativas, assim como em eventos e iniciativas intergeracionais. Destaca-se a importância dos grupos de convivência, como espaços de fortalecimento de vínculos, socialização, troca

de experiências, valorização das histórias de vida e prevenção do isolamento social.

Observa-se as diferenças entre a população idosa residente na área urbana e na área rural, considerando possíveis dificuldades relacionadas ao transporte, à distância dos locais de realização das atividades, às condições de mobilidade, à acessibilidade e à divulgação das ações ofertadas. Outros fatores, como limitações funcionais, responsabilidades familiares, ausência de acompanhantes e insuficiência de atividades diversificadas, podem interferir na participação, especialmente entre pessoas idosas com maior dependência ou em situação de vulnerabilidade social.

É importante, ainda, ampliar as oportunidades de participação para pessoas idosas que não frequentam os grupos e serviços existentes, garantindo que as ações alcancem diferentes faixas etárias, homens e mulheres, moradores da área urbana e rural, pessoas com deficiência e aquelas que vivenciam situações de isolamento social. Para isso, torna-se necessário fortalecer a articulação entre as políticas municipais de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, além das organizações da sociedade civil e dos próprios grupos de pessoas idosas.

Dessa forma, o eixo Participação Social busca identificar potencialidades, necessidades e obstáculos para assegurar que as pessoas idosas de Jesuítas tenham oportunidades efetivas de convivência, integração comunitária e construção de vínculos, contribuindo para a autonomia, o sentimento de pertencimento, a valorização pessoal e a melhoria da qualidade de vida.

**Aspectos a serem considerados no diagnóstico municipal**

- Oportunidades de participação: existência de grupos de convivência, atividades culturais, esportivas, recreativas, religiosas e comunitárias.
- Acesso e inclusão: condições de transporte, acessibilidade, mobilidade e divulgação das atividades.
- Participação da população rural: oportunidades de integração para pessoas idosas residentes em comunidades rurais e localidades mais distantes.
- Públicos não alcançados: identificação de pessoas idosas que não participam das atividades, especialmente aquelas que vivem sozinhas,

apresentam limitações funcionais ou possuem vínculos familiares e comunitários fragilizados.

- Diversidade das atividades: adequação das ações aos diferentes interesses, idades, condições de saúde e capacidades funcionais.
- Escuta e protagonismo: participação das pessoas idosas no planejamento, na avaliação e na proposição de atividades e políticas públicas.
- Convivência intergeracional: incentivo à troca de experiências entre pessoas idosas, crianças, adolescentes e demais gerações.

### 12.5. Respeito e inclusão

O eixo Respeito e Inclusão, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), tem como objetivo promover uma sociedade que valorize o envelhecimento, reconheça a dignidade das pessoas idosas e assegure sua inclusão, participação e convivência em todos os espaços da comunidade. Busca combater o preconceito etário, a discriminação, os estereótipos relacionados à velhice e todas as formas de violência, negligência e exclusão social.

Esse eixo contempla o respeito à autonomia, às escolhas, à identidade, à história de vida e às diferenças individuais das pessoas idosas, considerando aspectos como gênero, condições socioeconômicas, deficiência, raça, cultura, orientação de vida, vínculos familiares e local de residência, seja na área urbana ou rural. Também incentiva ações de sensibilização da sociedade, fortalecimento dos vínculos intergeracionais e valorização da contribuição das pessoas idosas para o desenvolvimento social, cultural e comunitário.

No município de Jesuítas/PR, o diagnóstico desse eixo considera como as pessoas idosas são tratadas nos serviços públicos, nas relações familiares, nos espaços comunitários e na sociedade em geral, identificando situações de preconceito, isolamento, desrespeito, invisibilidade social e barreiras à participação. É importante avaliar, ainda, se as pessoas idosas são ouvidas e respeitadas nas decisões que afetam suas vidas e se encontram oportunidades efetivas de convivência, integração e participação social.

É importante definir estratégias municipais voltadas à promoção dos direitos da pessoa idosa, à prevenção de violências e discriminações, à valorização do envelhecimento e à construção de uma cultura de respeito entre

as gerações, em consonância com o Estatuto da Pessoa Idosa e com os princípios do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

**Aspectos a serem considerados no diagnóstico municipal**

- Respeito e valorização: reconhecimento da dignidade, da autonomia, das experiências e dos saberes das pessoas idosas.
- Combate ao preconceito etário: identificação de atitudes discriminatórias, estereótipos e práticas que desvalorizam a velhice.
- Inclusão social: oportunidades de acesso aos serviços, atividades comunitárias, espaços públicos e políticas municipais.
- Prevenção de violências: identificação e enfrentamento de situações de violência física, psicológica, patrimonial, financeira, institucional, negligência e abandono.
- Convivência intergeracional: incentivo à interação entre pessoas idosas, crianças, adolescentes, jovens e adultos.
- Participação e escuta: garantia de que as pessoas idosas possam expressar opiniões, apresentar demandas e participar das decisões que lhes dizem respeito.
- Equidade e diversidade: atenção às necessidades específicas de pessoas idosas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, residentes na área rural ou com vínculos familiares fragilizados.

### 12.6. Participação cívica e emprego

O eixo Participação Cívica e Emprego tem como objetivo avaliar e promover as oportunidades de participação das pessoas idosas na vida pública, comunitária, social, cultural e econômica do município, reconhecendo suas capacidades, experiências, conhecimentos e contribuições para o desenvolvimento da sociedade. Busca identificar as condições que favorecem ou dificultam o exercício da cidadania, a participação nas decisões coletivas, o acesso a atividades produtivas e a continuidade ou retomada de atividades profissionais, quando desejadas pela pessoa idosa.

O diagnóstico deste eixo considera a existência e o funcionamento dos conselhos municipais, grupos de convivência, associações, organizações comunitárias e demais espaços de participação social, bem como as

oportunidades para que as pessoas idosas expressem suas opiniões, apresentem demandas e contribuam para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Verifica-se que se esse público tem acesso a informações sobre seus direitos, aos mecanismos de controle social e às atividades de voluntariado, cultura, educação, empreendedorismo e geração de renda.

Em relação ao emprego e à participação econômica, deve ser consideradas as oportunidades de qualificação profissional, trabalho autônomo, empreendedorismo, atividades rurais e outras formas de participação produtiva, bem como a existência de situações de discriminação por idade, dificuldades de acesso às tecnologias digitais e barreiras de mobilidade e transporte.

A análise também deve contemplar as diferenças entre a população idosa urbana e rural, especialmente quanto ao acesso a informações, serviços, oportunidades de participação comunitária e atividades produtivas. É fundamental ampliar a escuta das próprias pessoas idosas, incluindo mulheres, pessoas com deficiência, pessoas com limitações funcionais, idosos em situação de vulnerabilidade social e aqueles que residem em localidades mais afastadas, além de ouvir cuidadores, gestores e profissionais que atuam com esse público.

**Aspectos a serem observados no diagnóstico municipal**

- Participação social e política: envolvimento das pessoas idosas nos conselhos municipais, conferências, associações, grupos comunitários e espaços de decisão.
- Protagonismo e exercício da cidadania: oportunidades para apresentar reivindicações, propor melhorias e participar da construção das políticas públicas.
- Trabalho e geração de renda: acesso a oportunidades de trabalho, empreendedorismo, atividades autônomas, qualificação profissional e valorização dos saberes.
- Inclusão digital e acesso à informação: condições para utilizar tecnologias e acessar informações sobre direitos, serviços e oportunidades.

- Igualdade de oportunidades: identificação de barreiras relacionadas à idade, gênero, deficiência, condição socioeconômica, escolaridade e local de residência.
- Participação da população idosa rural: acesso a espaços de convivência, organizações comunitárias, atividades produtivas e mecanismos de participação cidadã.

### 12.7. Apoio comunitários e serviços de saúde

O eixo Apoio Comunitário e Serviços de Saúde tem como objetivo avaliar as condições de acesso das pessoas idosas aos serviços de saúde, à assistência social e às redes de apoio comunitário, considerando a disponibilidade, a qualidade, a continuidade e a adequação dos atendimentos às necessidades decorrentes do processo de envelhecimento. Busca identificar se as pessoas idosas conseguem acessar os serviços públicos de forma oportuna, humanizada e acessível, tanto na área urbana quanto na área rural do município.

No âmbito da saúde, este eixo contempla o acesso à Atenção Primária à Saúde, às consultas médicas, aos exames, aos medicamentos, aos serviços especializados, à vacinação, à reabilitação e ao acompanhamento de doenças crônicas. Também considera a identificação precoce de situações de fragilidade e perda de autonomia, mediante instrumentos como o Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20) e o Índice de Vulnerabilidade Familiar e Social (IVSF-10), conforme a organização da rede municipal e as orientações do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

No campo do apoio comunitário e da proteção social, o eixo considera a atuação da Secretaria Municipal responsável pela Assistência Social, do CRAS, dos grupos de convivência, das organizações comunitárias, das famílias, dos cuidadores e dos demais serviços que contribuem para a prevenção do isolamento social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a garantia de direitos. Abrange, ainda, a identificação de pessoas idosas que vivem sozinhas, apresentam dependência para as atividades da vida diária, possuem vínculos familiares fragilizados ou necessitam de acompanhamento social continuado.

Em Jesuítas/Pr, considera-se as particularidades do envelhecimento no município, especialmente as necessidades das pessoas idosas residentes na

área rural, as dificuldades de deslocamento até os serviços, a disponibilidade de transporte, o acesso a medicamentos e atendimentos especializados, bem como a necessidade de orientação e suporte aos familiares e cuidadores. É importante avaliar, também, a articulação entre Saúde, Assistência Social e demais políticas públicas para garantir atendimento integral, acompanhamento contínuo e encaminhamentos adequados.

**Aspectos a serem considerados no diagnóstico municipal**

- Acesso aos serviços de saúde: cobertura da Atenção Primária, consultas, exames, medicamentos, vacinação, reabilitação e atenção especializada.
- Acompanhamento e prevenção: monitoramento de doenças crônicas, avaliação da capacidade funcional, identificação de fragilidades e prevenção de quedas.
- Apoio social e comunitário: participação em grupos de convivência, fortalecimento de vínculos e prevenção do isolamento social.
- Apoio às famílias e aos cuidadores: orientação, capacitação e identificação das necessidades de suporte no cuidado cotidiano.
- Acesso da população rural: deslocamento, transporte, atendimento domiciliar quando necessário e acesso equitativo aos serviços.
- Articulação intersetorial: integração entre Saúde, Assistência Social, CRAS, conselhos municipais e demais integrantes da rede de proteção.
- Proteção e garantia de direitos: identificação de negligência, violência, abandono e outras situações que demandem intervenção da rede de atendimento.

### 12.8. Informação, Educação em Direitos e Inclusão Digital

O eixo Informação, Educação em Direitos e Inclusão Digital, no âmbito do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (PAPI) de Jesuítas/Pr, tem como objetivo avaliar as condições de acesso das pessoas idosas à informação, à comunicação, à educação em direitos e às tecnologias digitais, considerando as oportunidades e as barreiras que podem comprometer sua autonomia, participação social e pleno exercício da cidadania.

A análise contempla a disponibilidade e a acessibilidade de informações sobre direitos, políticas públicas, benefícios socioassistenciais, serviços de

saúde, canais de denúncia, prevenção de violências, oportunidades de participação comunitária e demais serviços destinados à população idosa. Considera, ainda, se as informações são divulgadas de maneira clara, acessível e adequada às diferentes condições de escolaridade, compreensão, mobilidade e necessidades sensoriais das pessoas idosas.

No que se refere à inclusão digital, o eixo busca identificar as condições de acesso e utilização de celulares, computadores, internet e plataformas digitais, bem como as dificuldades enfrentadas pelas pessoas idosas para utilizar aplicativos, realizar agendamentos, acessar serviços públicos eletrônicos, consultar benefícios, efetuar operações bancárias com segurança e manter contato com familiares, amigos e serviços da rede de proteção. Também considera a necessidade de orientação para prevenir golpes virtuais, fraudes financeiras, desinformação e outras situações que possam colocar em risco a segurança e os direitos dessa população.

No município de Jesuítas/Pr, a análise desse eixo considerou as particularidades da população idosa residente nas áreas urbana e rural, especialmente as possíveis desigualdades de acesso à internet, a disponibilidade de equipamentos tecnológicos, as dificuldades de utilização dos recursos digitais e a necessidade de apoio de familiares, cuidadores e profissionais dos serviços públicos. É importante, ainda, avaliar a oferta de atividades educativas e de alfabetização digital, bem como as estratégias utilizadas pelo município para divulgar os direitos da pessoa idosa e orientar sobre os serviços disponíveis.

**Aspectos a serem considerados**

- Ampliar a divulgação dos direitos da pessoa idosa, dos serviços públicos, dos benefícios e dos canais de denúncia por meio de materiais impressos, meios digitais, rádio, grupos de convivência e visitas domiciliares, quando necessário.
- Promover oficinas de inclusão e alfabetização digital, com linguagem simples e metodologia adequada ao ritmo de aprendizagem das pessoas idosas.
- Orientar sobre o uso seguro de celulares, aplicativos, internet e serviços públicos digitais, com ênfase na prevenção de golpes, fraudes e violências patrimoniais.

- Capacitar profissionais, cuidadores e familiares para apoiar as pessoas idosas no acesso à informação e às tecnologias, respeitando sua autonomia, privacidade e capacidade de decisão.
- Garantir estratégias específicas de divulgação e atendimento às pessoas idosas residentes na área rural, àquelas com deficiência, baixa escolaridade ou dificuldades de acesso aos meios de comunicação.
- Fortalecer a educação em direitos, incentivando o conhecimento do Estatuto da Pessoa Idosa, a participação social e o acesso aos mecanismos de proteção e defesa de direitos.

### 12.9. Cuidado

O eixo Cuidado aborda as condições de acesso das pessoas idosas aos serviços, programas e ações de cuidado, considerando suas necessidades físicas, emocionais, sociais e funcionais, bem como o respeito à autonomia, à dignidade e à independência durante o processo de envelhecimento. Busca identificar a disponibilidade e a qualidade dos cuidados oferecidos no domicílio, na comunidade e nos serviços públicos, reconhecendo a importância da corresponsabilidade entre família, sociedade e poder público.

No município de Jesuítas/Pr, o diagnóstico desse eixo considerou a organização da rede de atenção e proteção à pessoa idosa, envolvendo as políticas de Assistência Social, Saúde, Habitação e demais áreas relacionadas à promoção dos direitos da população idosa. Também é importante avaliar a existência de serviços de atendimento domiciliar, acompanhamento pela Atenção Primária à Saúde, apoio às famílias e aos cuidadores, serviços de convivência, atendimento às pessoas com dependência funcional e alternativas de acolhimento institucional quando necessário.

Contempla, ainda, as condições dos cuidadores familiares e formais, incluindo a necessidade de capacitação, orientação, apoio psicossocial e acesso a informações sobre os cuidados adequados à pessoa idosa. A sobrecarga dos cuidadores, especialmente daqueles que desempenham essa função sem apoio ou remuneração, constitui um aspecto relevante a ser identificado, considerando seus impactos tanto na saúde de quem cuida quanto na qualidade da assistência prestada.

Outro aspecto fundamental é a identificação de situações de negligência, abandono, violência, isolamento social e insuficiência de cuidados, bem como a existência de mecanismos de prevenção, identificação e encaminhamento dessas ocorrências pela rede municipal de proteção. Devem ser consideradas as particularidades das pessoas idosas com deficiência, com limitações de mobilidade, com doenças crônicas, com comprometimento cognitivo ou em situação de vulnerabilidade social, além das dificuldades de acesso enfrentadas por moradores da área rural.

Dessa forma, o diagnóstico do eixo Cuidado tem como finalidade identificar potencialidades, necessidades e lacunas na oferta de cuidados no município, subsidiando o planejamento de ações intersetoriais que ampliem o acesso aos serviços, fortaleçam o apoio às famílias e aos cuidadores e promovam condições para que as pessoas idosas permaneçam em seus domicílios e comunidades com segurança, dignidade e qualidade de vida, sempre que essa alternativa for adequada às suas necessidades.

**Aspectos a serem analisados no diagnóstico municipal**

- Rede de atendimento e cuidado: serviços públicos, equipamentos e profissionais disponíveis para atender às necessidades das pessoas idosas.
- Cuidado domiciliar e comunitário: acompanhamento de pessoas idosas com dependência ou limitações funcionais e apoio à permanência segura no domicílio.
- Cuidadores familiares e formais: identificação das necessidades de orientação, capacitação, suporte e valorização dos cuidadores.
- Saúde e funcionalidade: articulação com a Atenção Primária à Saúde, avaliação da capacidade funcional e identificação de necessidades específicas de cuidado.
- Acolhimento e proteção: alternativas de atendimento para pessoas idosas sem suporte familiar suficiente ou em situação de risco e violação de direitos.
- Prevenção de violências: identificação, notificação e encaminhamento de situações de negligência, abandono, violência física, psicológica, patrimonial ou outras violações.
- Acesso da população rural: barreiras territoriais, transporte, distância dos serviços e necessidade de atendimento descentralizado.

- Articulação intersetorial: integração entre Assistência Social, Saúde, órgãos de defesa de direitos, famílias, cuidadores e comunidade.

## 13. PRIORIDADES PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Com base nos resultados da escuta diagnóstica, estabelecem-se como prioridades para o período de 2026 a 2029:

### Prioridade 1 – Promoção da saúde e envelhecimento ativo

Ampliar ações de prevenção, atividade física, fisioterapia, educação em saúde e promoção da autonomia.

### Prioridade 2 – Fortalecimento da convivência e participação social

Ampliar o SCFV e demais grupos de convivência, garantindo atividades permanentes, diversificadas e acessíveis.

### Prioridade 3 – Acessibilidade e mobilidade

Promover melhorias na infraestrutura urbana e nos espaços públicos, priorizando acessibilidade, segurança e circulação das pessoas idosas.

### Prioridade 4 – Transporte e acesso aos serviços

Aprimorar as condições de transporte e deslocamento para consultas, exames, tratamentos e atividades sociais.

### Prioridade 5 – Cultura, esporte e lazer

Ampliar passeios, oficinas, atividades culturais, esportivas, recreativas e intergeracionais.

### Prioridade 6 – Proteção contra violência e violações de direitos

Desenvolver ações permanentes de prevenção à violência, golpes financeiros, negligência e demais formas de violação de direitos.

### Prioridade 7 – Educação em direitos e inclusão digital

Ampliar o acesso à informação sobre direitos, benefícios e serviços, bem como promover a inclusão e segurança digital.

**Prioridade 8 – Apoio às famílias cuidadoras**

Fortalecer ações de orientação, apoio e acompanhamento às famílias responsáveis pelos cuidados das pessoas idosas.

**Prioridade 9 – Fortalecimento da participação social**

Ampliar a participação das pessoas idosas na construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas municipais.

**Prioridade 10 – Gestão intersetorial da política da pessoa idosa**

Fortalecer a articulação entre Assistência Social, Saúde, Esporte, Cultura, Educação, Infraestrutura, Transporte e demais áreas, garantindo uma atuação integrada.

## 14. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico da População Idosa do Município de Jesuítas evidencia uma realidade marcada, simultaneamente, por potencialidades e desafios. A população idosa demonstra participação ativa, interesse pela convivência comunitária e valorização das ações desenvolvidas pelo município, constituindo importante recurso social para o fortalecimento das políticas públicas.

Entretanto, as demandas apresentadas indicam a necessidade de ampliar e qualificar as ações existentes, garantindo maior continuidade, diversidade e integração entre os serviços.

As principais necessidades identificadas concentram-se nas áreas de saúde, assistência social, convivência, acessibilidade, mobilidade, transporte, cultura, esporte, lazer, proteção contra a violência, informação sobre direitos e inclusão digital.

Diante desse cenário, recomenda-se que o Município de Jesuítas adote uma perspectiva de envelhecimento ativo e saudável, reconhecendo a pessoa idosa como sujeito de direitos e protagonista das políticas públicas.

A implementação das ações previstas deverá considerar a articulação intersetorial, a participação social e o monitoramento permanente dos resultados, possibilitando a adequação das estratégias às mudanças demográficas e às novas necessidades da população.

O presente diagnóstico constitui, assim, importante instrumento para orientar a elaboração e execução do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – 2026–2029, contribuindo para a definição de prioridades, objetivos, metas e ações que promovam a autonomia, a dignidade, a proteção, a participação social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas do Município de Jesuítas – PR.

Jesuítas, 20 de outubro de 2026.